

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) THIAGO DA ROCHA SILVA

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA:
a consolidação de um Poder Marítimo à luz dos preceitos mahanianos.

Rio de Janeiro

2021

CC (IM) THIAGO DA ROCHA SILVA

A EVOLUÇÃO DA ESTRATÉGIA NAVAL DA CHINA:
a consolidação de um Poder Marítimo à luz dos preceitos mahanianos.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) André Luiz de Mello
Braga

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço por me guiar e sustentar meus passos. Sem a sua luz e direção, jamais conseguiria trilhar minha trajetória e chegar até aqui.

Aos meus pais, Erasmo e Isabel, a quem devo a minha educação e a formação do meu caráter, por me estimularem a fazer tudo com excelência sempre que possível.

Aos meus amigos e companheiros de turma que, com frequência, me apoiaram durante a elaboração deste trabalho. Igualmente, aos meus pastores, Samuel e Eliana, pelos valores morais e espirituais, que me serviram de farol no transcorrer de toda minha caminhada.

À Escola de Guerra Naval e à Marinha, pela oportunidade proporcionada no aprimoramento pessoal e profissional.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) André Luiz de Mello Braga, meu orientador, pela disponibilidade incondicional, pelas críticas sinceras e construtivas, pelos conselhos e ensinamentos que foram basilares para a realização desta dissertação.

Às minhas preciosas filhas Hadassa e Darah, por existirem na minha vida e pela força que transmitem a cada palavra ou gesto de carinho, me motivando a ser exemplo para elas. Também agradeço à minha sogra, Niete, pelas contribuições valiosas nessa fase tão importante da profissão.

À minha amada esposa Lívia Helena, auxiliadora idônea em todos os momentos, não só pela imensa compreensão nos períodos de ausência, como, por todo esteio e incentivo que se tornaram fonte de inspiração para mim nessa nova etapa da carreira.

“O Estrategista habilidoso derrota o inimigo sem batalhar, captura a cidade sem executar cercos e esmaga o Estado inimigo sem uma guerra prolongada.”

(Sun Tzu)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é identificar os possíveis pontos de aderência entre a evolução da Estratégia Naval da República Popular da China nas últimas cinco décadas e a teoria do *Sea Power* do Almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan. Logo, para atingir o aludido objetivo, este trabalho empregou uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de um estudo genealógico e comparativo. A importância do tema baseia-se na compreensão de como os chineses têm desenvolvido o seu poderio naval com o intuito de assegurar seus interesses estratégicos no exterior e o *status* de potência marítima regional e global. Desde o século XV, a China já havia evidenciado seu grande potencial marítimo aliado ao seu forte comércio a nível regional. No entanto, a mentalidade continental dos chineses abortou toda e qualquer possibilidade de despontarem como potência naval no cenário internacional. Após o “Século da Humilhação”, mais precisamente a partir da década de 1970, a mudança de postura do governo chinês fomentou não só o veemente crescimento econômico chinês, como também propiciou um novo despertar da China para o mar. Desde então, a República Popular da China começou a atrair os olhos do mundo para si, graças à sua sólida economia que lhe concedeu a posição de primeira potência comercial global a partir do início do século XXI e à rápida evolução de sua Estratégia Naval nas últimas décadas, com o estabelecimento de uma robusta e moderna marinha rumo às águas oceânicas, bem como de bases estrategicamente localizadas no seu entorno estratégico, o qual abarca a região do Mar da China Meridional até o Oceano Indo-Pacífico, incluindo o Sudeste Asiático. Desse modo, este estudo visou analisar a trajetória da China quanto à expansão do seu Poder Marítimo, com ênfase no triplice alicerce do comércio, navios e bases de apoio e, assim, constatar a aderência dos preceitos de Mahan tanto na sua estratégia militar naval como no posicionamento do poder político chinês, que parece buscar uma hegemonia regional e global, mediante à segurança do seu comércio exterior e de suas linhas de comunicação marítimas vitais.

Palavras-chave: *Sea Power*. Linhas de Comunicação Marítimas. Estratégia Naval da China. Poder Marítimo. Poder Naval.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A China Imperial na era da Dinastia do Grande <i>Qīng</i>	59
Figura 2 - Os três maiores polos portuários da China	60
Figura 3 - A estratégia da BRI e o alcance internacional da RPC	61
Figura 4 - A Primeira e a Segunda Cadeias de Ilhas	64
Figura 5 - Comércio marítimo de petróleo bruto que perpassa o MCM	65
Figura 6 - LCM relativas ao fluxo petrolífero nos Oceanos Índico e Pacífico	67
Figura 7 - Estruturação atual das três Esquadras da MELP	68
Figura 8 - Disputas da China com países vizinhos no MCM	69
Figura 9 - Áreas de abrangência da <i>Near-seas defense</i> e <i>Far-seas operations</i>	72
Figura 10 - Retrato do tamanho e da evolução da frota de navios mercantes chineses	73
Figura 11 - Estratégia A2/AD da China no MCM e no Oceano Pacífico	74
Figura 12 - Postos avançados ocupados pelos chineses nas Ilhas Spratly	75
Figura 13 - Representação da estratégia chinesa do “colar de pérolas”	76
Figura 14 - Possíveis Bases de apoio pretendidas pelos chineses no exterior	77
Gráfico 1 - Crescimento das exportações chineses no mundo entre 1995-2014	62
Gráfico 2 - Consumo global de energia em Mtoe	63
Gráfico 3 - Consumo, Produção e Importações chinesas de petróleo	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Comparação quantitativa das capacidades navais da MELP e da Marinha dos EUA (2005-2020)	70
Tabela 2 -Evolução das estimativas de despesas militares totais da China (1990-2019)	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A2AD –	<i>Anti-Access/Area-Denial</i>
BRI –	<i>Belt and Road Initiative</i>
CMC –	Comissão Militar Central
ELP –	Exército de Libertação Popular
EMC –	Estratégia Militar da China
ENC –	Estratégia Naval da China
EUA –	Estados Unidos da América
LBD –	Livro Branco de Defesa
LCM –	Linhas de Comunicação Marítimas
MELP –	Marinha do Exército de Libertação Popular
MCM –	Mar da China Meridional
MTEP –	Milhões de Toneladas Equivalentes de Petróleo
MTOE -	<i>Million Tonnes of Oil Equivalent</i>
PCC –	Partido Comunista da China
PIB –	Produto Interno Bruto
RC –	República da China
RPC –	República Popular da China
ZEE –	Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	FUNDAMENTOS DA TEORIA MAHANIANA	11
2.1	Os conceitos de “Grande Estratégia” e “Pequena Estratégia”	11
2.2	O legado do <i>Sea Power</i>	13
2.3	O desenvolvimento do Poder Marítimo	17
2.3.1	Fatores condicionantes do Poder Marítimo	17
2.3.2	O Comércio e as Linhas de Comunicação Marítimas	18
2.3.3	Poder Naval e Bases de Apoio	20
3	O PENSAMENTO ESTRATÉGICO CHINÊS	22
3.1	O expansionismo da República Popular da China	22
3.1.1	Breve histórico sobre O “Império do Meio”	22
3.1.2	Crescimento econômico chinês	25
3.1.3	A China desperta para o mar	28
3.2	A Estratégia Militar da China	30
3.2.1	O entorno estratégico chinês	31
3.2.2	A Marinha do Exército de Libertação Popular da China	33
3.3	A evolução da Estratégia Naval chinesa	36
3.3.1	Estratégia de Defesa Costeira	36
3.3.2	Um Novo Conceito: “Defesa ativa em mares próximos”	37
3.3.3	Uma Marinha rumo às “águas azuis”	39
4	O PODER MARÍTIMO CHINÊS À LUZ DE MAHAN	41
4.1	A “Grande Estratégia” e os Livros Brancos da RPC	41
4.2	A China e o <i>Sea Power</i>	44
4.3	O Comércio exterior da China e suas LCM essenciais	46
4.4	O Poder Naval chinês e suas Bases de Apoio	48
5	CONCLUSÃO	51
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

Quando a China acordar, o mundo tremerá.
Napoleão Bonaparte

A República Popular da China (RPC) possui uma singularidade concernente tanto à sua civilização milenar quanto à estreita conexão com o seu passado antigo. Tal peculiaridade característica do povo chinês é em função, também, do seu surgimento, uma vez que parece não ter um ponto de origem bem definido. Visualiza-se que, no segundo milênio a.C., quando eclode o primeiro sistema de escrita chinês durante a dinastia *Shāng*,¹ o antigo Egito se deparava com o ápice de sua glória. Aliás, as grandes cidades-Estado da Grécia clássica nem sequer existiam, e Roma ainda se encontrava num longínquo milênio de distância (KISSINGER, 2011).

Ao analisar a história chinesa, percebe-se que o país passou por uma trajetória amarga, decorrente de regimes imperiais totalitários, inúmeras rebeliões e divisões, transformações nos padrões sociais e até de revoluções republicanas. Entretanto, a China² emergiu economicamente desse passado de forma surpreendente e, atualmente, desempenha um papel político crucial no mundo. Como caracteriza Kaplan (2013), a China, embora seja um colosso demográfico, é também a economia global mais vibrante nas últimas três décadas, expandindo sua influência territorial muito mais por meio do comércio do que pela coação.

Com efeito, em 2012, *Xi Jīnpíng*³ declarou que seu projeto de governo estaria pautado em concluir a edificação de uma sociedade próspera e realizar a grande renovação da nação chinesa, conhecida como *Chinese Dream*.⁴ Tal “sonho” nacionalista será obtido, caso ele devolva à China o *status* de Estado mais avançado do globo, como na era da dinastia *Tāng*,

¹ Este trabalho, reiteradamente, faz menção de nomes e termos chineses cuja transliteração para as línguas que usam o alfabeto latino pode ser feita pelo sistema *Wade-Giles*, usado em grande parte do mundo até 1980, ou pelo sistema *Pinyin*, adotado oficialmente pela RPC a partir de 1979. Predominantemente, neste trabalho é empregada a grafia chinesa *Pinyin*, porém sem prejuízo da compreensão do leitor. No caso em lide, a palavra no formato *Wade-Giles* “Shang” foi substituído pela grafia *Pinyin* “Shāng” (KISSINGER, 2011).

² Para fins deste estudo, o nome China representará a República Popular da China (RPC) e o nome Taiwan a República da China fundada em 1949, pequeno Estado insular situado a leste da RPC (MARSHALL, 2018).

³ Atual Presidente da RPC, vindo a ser sucessor de *Hú Jīntāo* desde 2013.

⁴ Tradução nossa: “Sonho chinês”.

levando os chineses a superarem o opróbrio do “Século da Humilhação” e a anelarem a posição de superpotência global, por meio de sua economia e de suas forças armadas (PU, 2017).

Diante desses fatos e entendendo o papel relevante que o Poder Marítimo possui para a preponderância de um Estado no cenário mundial, esta pesquisa dispõe-se a analisar a trajetória trilhada pela RPC na busca desse referido Poder, com um foco maior nos aspectos econômicos e navais contidos no pensamento estratégico chinês.

Nesse diapasão, esta dissertação visa analisar a evolução da Estratégia Naval da China (ENC) à luz dos pensamentos de Mahan e, mediante pesquisa bibliográfica e documental, tem o propósito de responder à seguinte questão de pesquisa: a evolução da Estratégia Naval da RPC nas últimas cinco décadas possui pontos de aderência do *Sea Power* de Alfred Mahan?

O desenho de pesquisa empregado neste trabalho é um estudo genealógico e comparativo, ao identificar os possíveis pontos de aderência entre a aludida teoria e a realidade chinesa nas últimas décadas. Pela natureza da pergunta que é respondida ao fim deste estudo, não são estabelecidas hipóteses, dada a dificuldade em definir critérios precisos para as mesmas.

Para tanto, o trabalho conterà cinco capítulos, sendo a Introdução o primeiro. No segundo capítulo, será apresentada a fundamentação teórica do presente estudo, com ênfase nos fatores condicionantes do Poder Marítimo e na importância do comércio marítimo, das Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), bem como do Poder Naval para seu desenvolvimento.

No terceiro capítulo, será abordada a consistência do pensamento estratégico chinês, observando o expansionismo da RPC perante o seu entorno estratégico, além de analisar a formação da Estratégia Militar da China (EMC) e o aprimoramento de sua Estratégia Naval.

No quarto capítulo, será verificada a presença de elementos “mahanianos” na ENC, aliada às prioridades e aos interesses além-mar do governo chinês a fim de permitir a construção de um entendimento incontestado. Por fim, com base nos dados expostos ao longo deste trabalho, se chegará a uma conclusão que responda, satisfatoriamente, à questão de pesquisa proposta.

2 FUNDAMENTOS DA TEORIA MAHANIANA

2.1 Os conceitos de “Grande Estratégia” e “Pequena Estratégia”

De acordo com Coutau-Bégarie (2010), o conceito inicial de Estratégia advém da arte da condução de um exército e, de forma mais vasta, da arte de comandar. Até o fim do século XVIII, a estratégia representava um conjunto de estratagemas e artimanhas de guerra, por meio do qual o general tentava suplantar o inimigo e atingir a vitória. No entanto, com o decorrer do tempo, à medida que a guerra e a sociedade se tornaram mais complexas, esse conceito sofreu inúmeras transformações quanto ao seu significado ou até seu propósito.

O autor associa essas mudanças às três extensões ocorridas no seu conceito, sendo a primeira extensão relacionada à permanência da estratégia, visto que seu emprego se dava não só na guerra, mas também em tempos de paz, como um elemento inerente da política em qualquer momento. A partir de então, fez-se pensar na distinção da estratégia articulada no nível político e da estratégia na sua dimensão propriamente militar (EARLE, 1973).

Com efeito, no período entre as duas guerras mundiais (1919-1939), a estratégia passou a ser contemplada, inevitavelmente, na esfera não militar, por meio do reconhecimento de estratégias de domínio civil, já que fatores econômicos, psicológicos, morais, tecnológicos e políticos foram cada vez mais considerados. Em decorrência dessa segunda extensão, a estratégia militar tornou-se uma componente de uma estratégia maior, ocasião em que surgiram novos termos como “grande estratégia” e “pequena estratégia”. Entre os autores que trataram da grande estratégia, cita-se o britânico Liddell Hart (1895-1970) que definiu o seu papel como:

coordenar e direcionar todos os recursos de uma nação [...] para realizar o **objetivo político** de guerra, propósito definido pela política fundamental.

Grande estratégia deve avaliar e desenvolver os **recursos econômicos e demográficos** da nação para **manter suas Forças Armadas** [...] ela olha **além da guerra até a paz** subsequente (HART, 1967, p. 322, tradução nossa, grifo nosso).⁵

⁵ Do original no inglês: “coordinate and direct all the resources of a nation [...] towards the attainment of the political object of the war, the goal defined by fundamental policy.

Grand strategy should both calculate and develop the economic resources and man-power of nations in order to sustain the fighting services [...] grand strategy looks beyond the war to the subsequent peace.”

Outro autor de merecido destaque é o Almirante Castex (1878-1968), pois ele propôs o conceito de estratégia geral⁶ com o intuito de apresentar igualmente uma estratégia que conduza, num nível mais amplo, seja em tempo de guerra ou em tempo de paz, o conjunto de forças e meios de luta de um Estado, e coordene as estratégias particulares atinentes às esferas: política, terrestre, marítima, aérea, econômica, dentre outras (CASTEX, 1994).

Após a Segunda Guerra Mundial (1945), sucedeu-se a terceira extensão da estratégia, assim como a sua generalização. Essa extrapolou tanto o âmbito do Estado quanto a esfera bélica, sendo empregada em qualquer área ou atividade social. Seu conceito, antes essencialmente militar, passa a ser bastante utilizado pela sociedade civil e a corresponder somente à um conjunto de ações, empregadas de forma coordenada, com o fim de atingir um determinado propósito (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Não obstante, ao retomar a ideia de grande e pequena estratégia oriunda da segunda extensão, nota-se que a “grande estratégia” constitui o tipo mais elevado de estratégia, mediante a qual os principais líderes se esforçam para alcançar objetivos políticos. Dessa maneira, é válido dizer que o planejamento e emprego dos elementos do Poder Nacional⁷ de um Estado, sob a batuta dos escalões mais elevados do governo, visando atingir os objetivos nacionais, são intrínsecos à grande estratégia. Com relação às pequenas estratégias, conclui-se que são aquelas de vieses mais específicos e particulares, tais como a Estratégia Naval⁸ e a Estratégia Militar, mencionada anteriormente (EARLE, 1973; HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Dentre diversos teóricos e autores que estudaram a “grande estratégia” e a “pequena estratégia”, existem aqueles que se debruçaram sobre a Estratégia Marítima e, posteriormente,

⁶ Esse conceito foi proposto pelo Almirante francês Raoul Castex na primeira edição do tomo I, intitulado *Théories stratégiques*, em 1929 e ampliado na revisão do tomo III em 1939 (WEDIN, 2015).

⁷ Para fins deste estudo, conforme a Doutrina Militar Naval (DMN) da Marinha do Brasil (MB), **Poder Nacional** é a capacidade que tem o Estado para alcançar e manter os objetivos nacionais, consoante à vontade nacional, possuindo cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017, grifo nosso).

⁸ Para fim deste estudo, será adotado o mesmo conceito de **Estratégia Naval** empregado pelo Almirante Castex, retomando amplamente o conceito utilizado por Mahan, como aquela que tem por propósito de criar, favorecer, amplificar, tanto na paz quanto durante a guerra, o Poder Marítimo de um país (CASTEX, 1994, grifo nosso).

a Estratégia Naval. Castex foi um desses autores que discorreu sobre a Estratégia Naval como uma das estratégias integrantes da Estratégia Marítima (CASTEX, 1994). Contudo, nesse assunto, um autor de reconhecida relevância é o estadunidense Alfred Mahan, que abordou, de maneira peculiar, os campos da grande e pequena estratégia.

Ele posicionou muito bem a Estratégia Marítima junto à Política, assinalando o Poder Marítimo⁹ como instrumento ímpar da Política, por excelência, para incrementar o Poder e o prestígio do país, sendo um meio de exercer pressão diplomática e econômica (CAMINHA, 1980). Holmes e Yoshihara (2018) afirmam que, embora nunca tenha usado a expressão, Mahan prescreveu uma grande estratégia de água salgada, defendendo objetivos nacionais relacionados ao comércio, representação diplomática no exterior e navegação naval e mercante.

Paralelamente, Wedin (2015) diz que, sem sombra de dúvidas, Mahan é o autor de estratégia naval mais conhecido, haja vista a relevância dada por ele ao Poder Naval,¹⁰ em prol do recrudescimento do Poder Marítimo de um país. Pela primeira vez, a estratégia naval fazia parte de uma estratégia geral que não se resumia somente à condução da guerra, tendo uma ideia de estratégia, também, em tempo de paz (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

2.2 O legado do *Sea Power*

O Contra-Almirante Alfred Thayer Mahan viveu entre os anos de 1840 e 1914. Ele era filho de Dennis Harta Mahan (1802-1871), professor de tática da Academia Militar dos Estados Unidos da América (EUA), sediada em West Point. Mahan serviu na Marinha dos EUA de 1856 a 1896, chegando a exercer o cargo de Diretor da Escola de Alto Comando Naval, lugar

⁹ Referente ao conceito de **Poder Marítimo**, será empregada definição dada pela MB na DMN, que consiste na projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de um Estado para utilização do mar e das águas interiores, tanto como instrumento de ação política e militar quanto como fator de desenvolvimento econômico e social, a fim de atender aos objetivos nacionais (BRASIL, 2017, grifo nosso).

¹⁰ Com relação ao **Poder Naval**, será considerada a definição da MB na DMN, sendo um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional e integrante do Poder Marítimo, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, a fim de contribuir com o alcance e manutenção dos objetivos nacionais de Defesa (BRASIL, 2017, grifo nosso).

em que também lecionou após ser promovido ao posto de Capitão de Mar e Guerra em 1885, tornando-se referência nos assuntos pertinentes à História e Tática navais.

A influência das obras do General franco-suíço Antoine-Henry Jomini (1779-1869) sobre Mahan era notória, e isso só foi possível devido ao seu pai, Dennis, que difundiu abertamente as ideias de Jomini na Academia Militar de West Point. Admirador e discípulo de Jomini, Mahan transpôs os ensinamentos “jominiianos” da guerra terrestre para a estratégia marítima, sobretudo ao enfatizar a importância e a universalidade dos princípios da ofensiva, concentração e economia de forças visando a batalha decisiva (COUTAU-BÉGARIE, 2010).

Apesar de haver questionamentos no que tange às habilidades de Mahan como comandante de navio, em virtude do seu esmero em conhecer profundamente a História e o valor do comércio marítimo para a vitória militar, acabou evidenciando-se como um grande estrategista e historiador. Desde então, sua fama ascendeu, principalmente, ao cunhar o tão apregoadado termo *Sea Power*¹¹ e declarar como o Poder Marítimo tinha grande influência no destino das nações (MAHAN, 1890).

Cabe salientar que, embora Mahan tenha sobressaído do anonimato de uma carreira naval duvidosa apenas cinquenta anos após a sua aposentadoria como Capitão de Mar e Guerra em 1896, o teórico norte-americano conquistou respeito internacional como historiador, estrategista, imperialista e navalista, lado a lado com governantes, presidentes, primeiros-ministros de diversos países e até mesmo membros da realeza europeia, haja vista que seu nome é reverenciado nos círculos navais em todo o mundo (CROWL, 1986).

Suas obras mais notáveis, *The influence of Sea Power upon History*¹², 1680-1783, e *The influence of Sea Power upon the French Revolution and Empire*¹³, 1713-1812, publicadas respectivamente em 1890 e 1892, tornaram-no pioneiro nos assuntos marítimos e conhecido

¹¹ Esse termo não será traduzido para o português intencionalmente. Entretanto, para efeitos deste estudo, o termo “*Sea Power*” refere-se à Teoria do Poder Marítimo de Mahan (nota do autor).

¹² A influência do Poder Marítimo sobre a História, tradução nossa.

¹³ A influência do Poder Marítimo sobre a Revolução Francesa e o Império, tradução nossa.

não só na Europa, mas também em países da Ásia, como o Japão. A leitura de seus livros passou a ser indispensável para os oficiais da marinha japonesa e muito admirada também pelos alemães, como por exemplo, o Imperador Guilherme II, da Alemanha (TOSTA, 1984).

Ribeiro (2010) destaca que as ideias de Mahan, no período de governo do Imperador Guilherme II, inspiraram os estrategistas alemães a conceberem um ambicioso programa de reaparelhamento naval, com o propósito de disputarem a supremacia dos mares com a Grã-Bretanha, figurando uma corrida armamentista destinada a alcançar e manter o *status* de potência marítima de elevada distinção, capaz de projetar suas forças em escala de nível global.

Por meio do *Sea Power*, Mahan (1890) demonstrou a preponderância decisiva do Poder Marítimo na história, fazendo-se de vital importância para o desenvolvimento, prosperidade e segurança dos Estados. Ao estudar a trajetória da Grã-Bretanha, ele constatou que a impetuosidade dos ingleses em constituir o maior Império do Mundo em termos de extensão, derivando de uma ilha bem pequena, se deu em função do seu Poder Marítimo.

Embora os principais escritos e livros de Mahan ressaltem como tema central a questão do Poder Marítimo, também possuem questões alusivas à política nacional, política naval, estratégia naval e táticas navais, todas apresentadas de forma entrelaçada. Segundo Sprout (1973), Mahan precipitou e guiou uma longa revolução na política naval dos EUA na última década do século XIX.¹⁴ Seu legado foi tão influente no que diz respeito ao *Sea Power* e à doutrina de estratégia naval, que lhe rendeu o célebre epíteto de “Evangelista do Poder Naval”.¹⁵ Ademais, percebe-se tamanha influência do teórico norte-americano quando citado pelo então Secretário da Guerra dos EUA, Henry L. Stimson, em 1948: “[...] da psicologia peculiar do Departamento da Marinha, que frequentemente parecia se retirar do reino da lógica

¹⁴ Suas ideias também inspiraram a política externa dos EUA, tanto na conquista de Havaí e Filipinas em 1898 quanto na assunção do controle do Canal Panamá no início do século XX, demonstrando, dessa forma, os interesses estadunidenses no Mar do Caribe.

¹⁵ Do original no inglês: “Mahan: Evangelist of Sea Power”. Alcinha dada por Margaret Tuttle Sprout ao citá-lo na obra *Markers of Modern Strategy*, editado por Edward Mead Earle (SPROUT, 1973, p.417, tradução nossa).

para um mundo religioso obscuro onde Netuno era Deus, **Mahan seu profeta**¹⁶ e a Marinha dos EUA a única Igreja verdadeira” (STIMSON, 1948, p.506, tradução nossa, grifo nosso).¹⁷

Segundo Germond (2015), não há uma anuência entre os autores em relação ao real sentido do *Sea Power*, dado que o termo “mahaniano” despontou muito mais como uma filosofia do que como uma definição clara e precisa. Todavia, Crowl (1986) resumiu o *Sea Power* em dois conceitos principais: um, atinente ao domínio ou comando do mar por meio da supremacia naval e, outro, relativo à combinação de comércio marítimo, posses ultramarinas e acesso garantido aos mercados estrangeiros que produzam a riqueza e grandeza nacional.

Admite-se dizer que Mahan desenvolveu uma certa filosofia de poder marítimo que conquistou prestígio e anuência dentro e fora do meio naval, tendo em vista que suas ideias foram acolhidas por Chefes de Estado em todo o mundo. O *Sea Power* atraiu os olhares de governantes ao exprimir que os Estados poderiam crescer ou entrar em decadência, mas nunca permanecerem estáticos, sendo a expansão política, econômica e cultural o principal fundamento de sua grandeza nacional. E ainda evidenciou que, para viabilizar tal expansão, um Estado deveria ter acesso à riqueza acumulada, resultante de um **comércio exterior** intenso, a ser mantido por uma grande **marinha mercante** e protegido por uma forte **armada** apoiada em **bases** localizadas de forma estratégica (MAHAN, 1890, grifo nosso).

Dentro desse contexto, Holmes (2013) cita que Mahan foi excepcional entre os teóricos estratégicos, haja vista que seus escritos demonstram um encadeamento entre os fins políticos e todas as maneiras e meios pelos quais os Estados marítimos tentam alcançar estes fins. Ainda conforme o autor, apesar dos discursos mahanianos afigurarem uma possível obsolescência após um século, suas meditações sobre o *Sea Power*, alusivo ao comércio, bases e navios, e ao alcance comercial, político e militar em teatros importantes, parecem eternas.

¹⁶ Apodo dado a Mahan por Henry Stimson (1867-1950), Secretário da Guerra dos EUA entre 1940 e 1945.

¹⁷ Do original no inglês: “[...] from the peculiar psychology of the Navy Department, which frequently seemed to retire from the realm of logic into a dim religious world in which Neptune was God, Mahan his prophet, and the United States Navy the only true Church.”

2.3 O desenvolvimento do Poder Marítimo

2.3.1 Fatores condicionantes do Poder Marítimo

Partindo de sua proposição basilar de que o poder marítimo era vital para o crescimento nacional, prosperidade e segurança, Mahan enumerou seis fatores fundamentais que afetam o desenvolvimento do poder marítimo: posição geográfica, configuração física, extensão do território, população, caráter nacional e instituições governamentais.

Ao examinar a posição insular da Grã-Bretanha em comparação com seus principais rivais dos séculos XVII e XVIII, França e Holanda, Mahan consegue fazer uma melhor avaliação da **posição geográfica** como um fator do poder marítimo. As Ilhas Britânicas ficavam perto o suficiente do continente europeu para participar dos negócios europeus, mas longe o suficiente para estar relativamente a salvo de invasões. Enquanto a França teve que dividir sua marinha entre as costas do Atlântico e do Mediterrâneo, a esquadra britânica poderia ser concentrada e, ainda, empregada concomitantemente, para a defesa ou para o bloqueio de portos continentais, operando a partir de sua base estrategicamente localizada (SPROUT, 1973).

A **configuração física** de um país é colocada, por Mahan, em segundo lugar na discussão entre as condições que afetam o desenvolvimento do poder marítimo. Sprout (1973) diz que o caráter do litoral rege a acessibilidade ao mar, já bons portos implicam força potencial e o caráter do solo pode afastar as pessoas do mar ou conduzi-las a ele para seu sustento. Mahan cita que se um país fosse contemplado com um extenso litoral, porém sem nenhum porto, tal país não poderia ter comércio marítimo próprio, nem navegação, nem marinha. Portanto, um litoral bem articulado com o interior do país favorece o intercâmbio comercial e portos bem situados na foz de grandes rios navegáveis tornam-se em fontes de riqueza e poder, ao garantir o escoamento e a concentração de produtos das regiões interiores (TOSTA, 1984).

A **extensão do território** e o **tamanho da população** podem ser uma fraqueza em vez de uma força, dependendo do grau em que a própria terra é sustentada pela população,

recursos e outros fatores de poder. Durante a Guerra de Secessão dos EUA (1861-1865), a vasta extensão territorial dos Estados sulinos é citada por Mahan como um exemplo de fraqueza, em vista da desproporção entre o tamanho da terra e sua densidade demográfica, e do extenso litoral e muitas vias navegáveis interiores sem a correspondente força militar.

O **caráter nacional** diz respeito à aspiração e capacidade de um povo em comerciar, produzir mercadorias e dedicar-se às ocupações marítimas. Mahan observou que se um povo tem aptidão e gosto por atividades comerciais, certamente desenvolverá um amplo comércio em tempos de paz, que é um dos primeiros pré-requisitos para o desenvolvimento do poder marítimo. A união de um grande comércio marítimo com um grande estabelecimento naval fez da Grã-Bretanha a potência marítima predominante do mundo (SPROUT, 1973).

Por fim, Mahan enfatiza que o **caráter do governo** é de vital importância na conquista do poder marítimo, por meio do desenvolvimento do poderio naval, como no caso da Grã-Bretanha, a partir do reinado de Jaime I. Conforme Sprout (1973), os empreendimentos mais bem sucedidos ocorreram quando um governo arguto e persistente não só promoveu, mas dirigiu um interesse nacional e uma aptidão para o mar. A política britânica, desde o reinado de Jaime I, foi determinada em afirmar e manter sua supremacia colonial, comercial e naval.

2.3.2 O Comércio e as Linhas de Comunicação Marítimas

Coutau-Bégarie (2010) alega que o elemento marinho possui algumas funções positivas que interagem entre si, ora servindo de **fonte de riquezas**, ora como **via de comunicação**, além de constituir um teatro de conflitos. Conforme o autor, os homens estabeleceram sua relação com o mar inicialmente para pescar e, num segundo momento, para **comerciar**, surgindo, desse modo, o desenvolvimento de **rotas marítimas** de comércio e, conseqüentemente, a pirataria, como o modo mais primitivo de guerra no mar (grifo nosso). Alfred Mahan (1890) declarou que todos os homens sempre intencionaram obter lucro e

concentrar riquezas, seja em maior ou menor grau. Igualmente, os Estados, ao definir o tipo de transporte para os produtos comercializados, também buscaram tirar proveito em suas relações comerciais com o fim de lograr êxito no acúmulo de riquezas ao longo da história. Para ele, os Estados, que haviam se destacado no uso do poder no mar, eram caracterizados por terem, ao mesmo tempo, propensão e capacidade comerciais diferenciadas (RIBEIRO, 2010).

Ele entendia que, pelo fato das comunicações terrestres serem menos eficientes que as LCM, a economia mundial estaria fundamentada no comércio marítimo. E por acreditar que o sucesso obtido pelos Estados em suas colonizações era decorrente da influência que o comércio desempenhava sobre o Poder Marítimo das metrópoles, como no caso da Grã-Bretanha, passou a defender ideias de caráter expansionista conforme um dos trechos de sua obra “A influência do Poder Marítimo através da História”, mencionado por Tosta (1984):

No estabelecimento de colônias, um **poder naval** ganha um trato de terra em plagas estrangeiras, gera um **caminho para seus produtos**, cria uma nova esfera de influência para suas exportações, abre novos horizontes e empreendimento para seu povo e traz mais conforto, **riquezas e poder** para si mesmo (MAHAN *apud* TOSTA, 1984, p.41, grifo nosso).

Segundo Mahan, as LCM não representam, necessariamente, linhas geográficas como as estradas que um exército normalmente deve utilizar, porém, significam linhas de movimento pelas quais o poder militar é mantido em conexão com o poder nacional. Acrescentou que, por meio delas, todo suprimento necessário, tais como munição, gêneros e combustível, seria realizado a todo e qualquer tipo de navio. Assim sendo, ele declarou, decididamente, que a chave para obtenção da hegemonia mundial estava no controle das rotas marítimas de comércio e no uso estratégico do Poder Naval (CROWL, 1986; MAHAN, 1890).

Depreende-se então, que, de acordo com a teoria “mahaniana”, as LCM são os elementos de vital importância para a estratégia, a política e o campo militar, visto serem as vias por onde circulam os fluxos comerciais necessários para o enriquecimento de um Estado. As comunicações livres e seguras representariam o controle do mar que tanto defendia, onde as esquadras seriam os meios pelos quais esse controle se tornaria possível. Segundo Almirante

Caminha (1980), o desenvolvimento marítimo de um Estado está totalmente relacionado com a condição de suas LCM, pois depende da sua capacidade de participar eficazmente do tráfego marítimo, de defender a presença adquirida em caso de pressões políticas e econômicas desfavoráveis e, também, de manter esse tráfego protegido em caso de conflito armado.

2.3.3 Poder Naval e Bases de Apoio

Se as **marinhas**, como todos concordam, existem para a **proteção do comércio**, segue-se, inevitavelmente, que na guerra elas devem ter como objetivo **privar o inimigo desse grande recurso**, e nem é fácil conceber um emprego militar para elas, por mais amplo que seja, comparando-se à proteção e destruição do comércio (MAHAN¹⁸ *apud* CROWL, 1986, p. 455, tradução nossa, grifo nosso).¹⁹

Mahan (1890) reconheceu o mérito de ambas as marinhas de um Estado, posto que, por um lado, uma Marinha de Guerra é essencial para a segurança da navegação, e, por outro, uma próspera Marinha Mercante é o sustentáculo do Poder Naval de um país, estabelecendo, dessa maneira, uma estreita interdependência entre o comércio exterior e a Marinha de Guerra.

Aponta-se ainda que, para Mahan, os conceitos de Poder Marítimo e Poder Naval são bem distintos, dado que este consiste somente no domínio do mar ou parte dele pela força das armas e aquele engloba não só o potencial militar, como também o comércio e a navegação pacífica que, por intermédio da geração de riqueza, dão origem à própria esquadra. Em contrapartida, a esquadra é a grande mantenedora da segurança, tanto para o comércio quanto para a referida navegação, cuja principal função consiste no controle do comércio marítimo por meio do domínio ou comando do mar (CROWL, 1986).

Outrossim, ele também cita que, para qualquer Estado com litoral, o mar é uma fronteira, sendo seu poder nacional amplamente determinado pelo modo como ele estende essa fronteira. Dessa forma, para melhor projetar o seu poder marítimo e viabilizar a permanência

¹⁸ MAHAN, A.T. *Interest of America in Sea Power, Present and Future*. Boston, 1897.

¹⁹ Do original no inglês: "If navies, as all agree, exist for the protection of commerce, it inevitably follows that in war they must aim at depriving their enemy of that great resource, nor is it easy to conceive what broad military use they can subserve that at all compares with the protection and destruction of trade."

da esquadra por mais tempo nas regiões de interesse, Mahan sugeriu que os Estados dispusessem de **bases navais** adequadas, com o devido acesso de suas frotas a elas, mantendo abertas as suas LCM a fim de ampliar e proteger seu comércio (MAHAN, 1890, grifo nosso).

De acordo com o pensamento do Almirante Flores (1975), o Poder Naval poderia ser representado por uma equação matemática cujo resultado é proveniente de dois fatores fundamentais, a saber: **Forças Navais e Bases de Apoio**. Segundo ele, na medida em que se tem Forças maiores e distribuídas de forma qualitativa, aliadas a Bases aprestadas e bem localizadas, o Poder Naval é maximizado (grifo nosso).

Embora Mahan admitisse a possibilidade dessas bases se situarem em portos de um país aliado, ele considerava que os países deveriam constituir suas próprias colônias ou, no mínimo, bases navais autossustentáveis (RIBEIRO, 2010). Isso permitiria tais Estados reduzirem qualquer desvantagem oriunda de sua posição geográfica ou por não possuírem portos próximos aos grandes centros de comércio exterior. Conforme Sprout (1973), o “evangelista do poder naval” comprovou que, mediante a aquisição de ilhas e outras bases importantes como Gibraltar, a Grã-Bretanha obteve uma posição estratégica capaz de manter um amplo grau de controle no Mediterrâneo, perpetrando um papel crucial na história do mundo, tanto do ponto de vista comercial quanto do militar.

Em suma, ao estabelecer a necessidade de uma rede de **bases de apoio**, Mahan constituiu mais um estreitamento de laços entre os interesses nacionais, o desenvolvimento do poder marítimo e o seu uso como instrumento vital à satisfação desses interesses. Portanto, ele deixa evidente que toda estratégia acaba **servindo a uma política**, e toda política fica restrita por uma estratégia. Confirmando esse entendimento, observa-se que homens como Theodore Roosevelt, Elihu Root, e Franklin D. Roosevelt exploraram as ideias “mahanianas” para utilizar as marinhas como instrumento político, contribuindo de forma relevante com o enriquecimento e conquista do *status* de primeira potência mundial dos EUA (RIBEIRO, 2010, grifo nosso).

3 O PENSAMENTO ESTRATÉGICO CHINÊS

Após compreender os fundamentos da Teoria de Mahan, será exposto, a seguir, como se deu a expansão chinesa no seu entorno estratégico, tomando como base os antecedentes históricos do seu império, seu rápido crescimento econômico e o seu despertamento para o mar.

3.1 O expansionismo da República Popular da China

3.1.1 Breve histórico sobre o “Império do Meio”

Ao estudar o passado da China, Kissinger (2011) relata que muitos chineses reverenciam a figura do Imperador Amarelo²⁰ como o legendário soberano fundador do país. Isso porque, quando a civilização chinesa, já existente, estava mergulhada no caos, um novo herói surgiu e, ao pacificar o reino, foi aclamado imperador. Todavia, a China antecede tal Imperador, que, embora tenha entrado para a história como herói fundador, apenas estava restaurando, e não instituindo, um império. Enquanto outras nações eram formadas conforme grupos étnicos ou marcos geográficos, os chineses se autodenominavam “Império do Meio”,²¹ invitando outros povos a conhecerem seu Império para que fossem transformados, sobretudo, pela sua cultura. Para eles, seria uma tendência lógica e natural um conjunto de Estados menores assimilarem a sua cultura e se portarem de modo subserviente perante a grandeza chinesa.

Paralelamente, percebe-se que a trajetória do povo chinês foi repleta de inúmeros períodos de guerra civil. Contudo, o Estado chinês sempre se recompunha por meio de um líder que emergia do caos, de modo similar ao mitológico “Imperador Amarelo”, sobrepujando os

²⁰ Conforme a mitologia chinesa, Huang Ti, o "Imperador Amarelo", foi o primeiro dos lendários Cinco Imperadores da China e considerado o iniciador da civilização chinesa, tendo reinado supostamente entre 2697 a.C. e 2597 a.C., apesar de não haver vestígios arqueológicos dele. Segundo a tradição, a partir dele surge uma lista de dinastias que nos remete ao passado mais recente (HUECAS, 2011).

²¹ Em função do sentimento de singularidade e centralidade, os chineses sustentavam a ideia de que a China era a única civilização verdadeira e o centro do mundo, chamando a si mesmos de “País Central” ou “Império do Meio”, onde as demais e distintas sociedades ao seu redor seriam situadas a partir dele (KISSENGER, 2011).

seus adversários e reunificando o país. A época mais conturbada na história chinesa foi chamada de período dos “Estados Combatentes”,²² durante a dinastia *Zhōu* oriental (475 a.C.-221 a.C.), em que o efetivo de corpos políticos foi reduzido bruscamente de 170 para 7, se fixando ao Norte, área da Pequim de hoje, e a civilização chinesa deslocava-se mais para o sul, habitando em locais de cultivo de arroz e chá, abraçando a região da Xangai atual (KAPLAN, 2013).

Posterior a esse período turbulento, em função de sua superioridade bélica, ascendeu ao poder, vitoriosamente, a dinastia *Qín* ou *Chin* (221 a.C.-206 a.C), da qual a China tomou o seu nome e identidade. Vale realçar que, como consequência e em reação a esse mesmo período, o Confucionismo²³ chinês ganhava força, difundindo valores que predominam até hoje na sociedade chinesa, prezando um governo moral e apregoando um pacifismo, onde preocupava-se mais com a justiça e harmonia sociais do que com as disputas internas de poder. Tanto que a sequente dinastia *Hàn* (206 a.C.-220 d.C.) adotou o pensamento confucionista como a filosofia oficial do Estado, permitindo a China ser mais uma vez reunificada e ter os seus contornos territoriais firmados (KISSINGER, 2011; KAPLAN, 2013).

Segundo Kaplan (2013), a dinastia *Hàn* foi sucedida por inúmeros reinos durante quatro séculos aproximadamente, surgindo a dinastia *Táng* (618-907) que abriu um caminho ao separar a Mongólia do Tibete e instituiu protetorados em toda a Ásia Central, estendendo, desse modo, o “Caminho da Seda”.²⁴ A era *Táng* foi reconhecida como a mais triunfante da China

²² Antes da unificação chinesa ocorrer em 221 a.C., a China experimentou um contínuo estado de guerra entre os vários reinos oriundos de sua fragmentação cerca de dois séculos e meio, conhecido como o período dos Estados Combatentes. Ele se assemelha a fase europeia entre o Tratado de Vestfália (1648) e o fim da Segunda Guerra Mundial, momento em que uma pluralidade de Estados europeus buscavam exercer supremacia dentro do contexto de equilíbrio de poder (HUECAS, 2011; KISSENGER, 2011).

²³ Confucionismo é representado pelos princípios, que norteiam a sociedade chinesa, derivados dos pensamentos e doutrinas de um antigo filósofo conhecido como Kong Fuzi (ou “Confúcio”, na versão latinizada). Confúcio (551-479 a.C.) viveu no fim do período chamado de “Primaveras e Outonos” (770-476 a.C.), uma época de sublevação política, em que príncipes rebeldes disputavam o poder político e a cobiça e violência predominavam sem controle, desencadeando os sangrentos conflitos da era dos Estados Combatentes (KISSENGER, 2011).

²⁴ O “Caminho da Seda” era a rota cultural e comercial chinesa mais importante da Eurásia até o século XVII, indo de Changan, passando por Xinjiang e Ásia Central, até a costa leste do mar Mediterrâneo (HUECAS, 2011).

medieval, período no qual o seu comércio foi expandido e suas fronteiras dilatadas, até o maior império do mundo ser abalado pelos árabes em Xinjiang (Turquestão Oriental) em 751.

De acordo com o Chinopedia (2011), o período imediato à decadência dessa dinastia (907-960), conhecido como Era das Cinco Dinastias e dos Dez Reinos, foi marcado por uma intensa divisão do país. No entanto, após esse momento, as dinastias imediatas *Sòng* (960-1279), *Yuán* (1279-1368) e, principalmente, a *Míng* (1368-1644) foram responsáveis em promover a expansão cultural e do comércio exterior, distinguindo-se por descobertas tecnológicas e científicas, além do desenvolvimento de indústrias, com destaque para a construção naval, ocasião em que a China iniciou seu despertar para o mar.

Outra dinastia de importante proeminência foi a *Qīng* (1644-1912), liderada pela minoria étnica dos Manchus, em vista do grande poder alcançado pelo império e por ter prosperado a China tanto na sociedade quanto na economia, ao combater as diferenças étnicas e desigualdades sociais. Entretanto, em meados do século XIX, a dinastia tornou-se a parte mais frágil do Leste Asiático, e, por conseguinte, perdeu um segmento considerável de seu território para a Grã-Bretanha, França, Japão e Rússia. Em 1912, com a queda da aludida dinastia, findava-se a época das dinastias e do sistema feudal chinês, quando oficialmente fora fundada a República da China (RC), que perdurou até o ano de 1949, quando *Máo Zédōng* (1863-1976),²⁵ rechaçando o “Século da Humilhação”,²⁶ instituiu a RPC e consolidou novamente a China continental, existente atualmente (CHINOPEDIA, 2011; KAPLAN, 2013).

Kissinger (2011) menciona que a civilização chinesa experimentou uma era de primazia, haja vista nunca ter se deparado com outros países ou civilizações que se equiparassem a ela, seja em grandeza de poder ou em profundidade cultural. Até mesmo, o autor chama atenção para o fato de que a cultura chinesa se alastrou por uma área territorial

²⁵ Líder chinês que carrou assertivamente a Revolução Comunista de 1949 (CHINOPEDIA, 2011).

²⁶ Período de subjugação, entre meados do século XIX e a reunificação de 1949, em que a China perdeu todas as guerras combatidas, tais como a Sino-Francesa (1884-1885) e Sino-Japonesa (1894-1895), e parte do seu território para grandes potências, afetando o seu brio, pois se via como o centro do mundo (KISSINGER, 2011).

equivalente a toda a Europa continental, onde a representação política do imperador expandia-se por várias terras, desde as estepes ao norte até a Sibéria e selvas tropicais ao sul, e dos canais e portos da costa leste aos desertos da Ásia Central e picos gelados do Himalaia (FIG. 1).

Ressalta-se que, em face dessas constantes interações com o interior da Ásia Central, a China converteu-se num vasto continente, de sorte que tanto a extensão como a diversidade do território chinês fomentaram o sentimento de que o país era um mundo em si mesmo. Em que pese as recentes fronteiras da RPC abarcarem a Manchúria, a Mongólia Interior, o Turquestão Oriental e o Tibete, as próprias **estratégias econômicas e diplomáticas** dos seus últimos governantes assinalam para uma concepção de país que ultrapassa em muito a extensão territorial até dos períodos de *Táng* e Grande *Qīng* (KAPLAN, 2013, grifo nosso).

3.1.2 Crescimento econômico chinês

Comparando-se com os Estados europeus, a grandeza do “Império do Meio” não se sobressaía somente no que tange ao território e à população, posto que, até a Revolução Industrial (1760-1840), a China era muito rica, sendo, por séculos, detentora de um considerável Produto Interno Bruto (PIB) e a região de comércio mais populosa do globo (KISSINGER, 2011). Isso só foi possível, devido ao amplo sistema de canais que ligavam os grandes rios e centros populacionais, conforme relata o jesuíta francês Jean-Baptiste Du Halde, ao resumir, em 1736, as alarmadas reações de ocidentais que visitaram a China no início da era moderna:

As riquezas particulares de cada província do Império e a **facilidade no transporte** de mercadorias, por meio dos rios e canais, tornaram o **comércio** ali permanentemente próspero. [...] O comércio realizado no interior da China é tão grande que **não se lhe pode comparar com o de toda a Europa**; sendo as províncias como inúmeros reinos, que comunicam umas com as outras suas respectivas produções; unindo todos esses povos entre si, e trazendo abundância a todas as cidades (DU HALDE, 1770, p. 169, tradução nossa, grifo nosso).²⁷

²⁷ Do original no francês: “Les richesses particulières de chaque Province de l’Empire, & la facilité du tranfport des marchandises, que procure la quantité de rivieres & de canaux dont il est arrosé, y ont rendu de tout tems le commerce très-florissant. [...] Le commerce qui se fait dans l’intérieur de la Chine est si grand, que celui de l’Europe entiere ne doit pas lui être comparé. Les Provinces sont comme autant de Roüumes, qui se communiquent les unes aux autres ce qu’elles ont de propre ; & c’est ce qui unit entr’eux tous ces peuples, & qui porte l’abondance dans toutes les Villes”

Kissinger (2011) enfatiza que muitos ficaram tão admirados com a prosperidade e desenvolvimento econômico da China no século XVIII, que o comércio com o país passou a ser bastante valorizado, ao ponto das elites chinesas o descreverem como um tributo à supremacia da China e não como um simples intercâmbio econômico. Na época, boa parte do PIB global era produzida pela China, superando o somatório de quase toda a Europa e dos EUA.

Diferentemente disso, durante o “Século da Humilhação”, a China, governada por um sistema imperial anacrônico seguido de uma república ditatorial ineficaz, tornou-se o país enfermo da Ásia, porquanto sentia-se abalada em razão das diversas guerras civis e humilhada pelas invasões estrangeiras sofridas. Nesse período, mais de 100 milhões de habitantes morreram nas mãos tanto de líderes quanto de compatriotas. De igual modo, durante a Segunda Guerra Mundial, via-se ainda a guerra civil entre o Partido Nacionalista, *Kuomintang*, do líder Chiang Kai-shek²⁸, e o Partido Comunista Chinês (PCC), de *Máo Zédōng* (FENBY, 2008).

Os nacionalistas eram apoiados informalmente pelos EUA, porém os comunistas eram amparados clandestinamente pelos russos, inclusive, com o fornecimento de armas. A vitória dos comunistas na guerra civil, sob a liderança de *Máo*, em 1949, pôs fim ao regime da República, dando origem à RPC, consistindo Taiwan na única província chinesa em que o regime da RC foi mantido até o momento (KISSINGER, 2011; CHINOPEDIA, 2011).

A despeito de três décadas de governo opressor, assevera-se que as reformas, tais como o combate ao pacifismo pregado pelo Confucionismo, a construção da indústria de base e o avanço da produção agrícola, ocorridos no período de *Máo*, serviram de alicerce para as futuras reformas econômicas iniciadas por *Dèng Xiǎopíng*²⁹ na década de 1980. No decorrer das décadas de 1980 e 1990, a veemência do crescimento econômico da RPC foi evidente, uma vez que na primeira década o PIB chinês cresceu a uma taxa média de mais 9% ao ano e na

²⁸ Presidente da RC, de 1928 a 1949 e, depois, de Taiwan, de 1950 a 1975 (CHINOPEDIA, 2011).

²⁹ Líder que pôs fim às políticas revolucionárias e, mantendo um caráter autoritário e centralista do Estado, deu início ao processo de intenso crescimento econômico chinês a partir dos anos de 1980, quando o PCC passou adotar políticas econômicas capitalistas aliadas ao forte autoritarismo político (CHINOPEDIA, 2011).

segunda, durante o governo de *Jiāng Zémín*,³⁰ o comércio chinês com países vizinhos tornava-se a prosperar e a exercer um papel econômico regional cada vez mais relevante. Quase no fim da década de 1990, o comércio entre os EUA e a RPC quadruplicara e as exportações chinesas para os EUA haviam crescido sete vezes, apontando um novo rumo no qual a China teria um papel global com interesses nos quatro cantos do planeta, por meio de intercâmbios e do comércio exterior (MARSHALL, 2018; CHINOPEDIA, 2011; KISSINGER, 2011).

Um dos maiores recursos econômicos da RPC é a sua população de cerca de 1.4 bilhões de habitantes, equivalente a quase 20% da população mundial, sendo distribuída num território de 9,6 milhões de quilômetros quadrados.³¹ Apesar de boa parte do território chinês consistir em desertos áridos ou zonas montanhosas desprovidas de presença humana, sua imensidão possibilita à China usufruir diversos recursos naturais, como carvão e metais, à exceção, todavia, do petróleo e gás. Isso sem contar os polos portuários desenvolvidos em torno do mar de Bohai e dos rios Yangtze e Pérola (FIG. 2), que alavancaram o comércio marítimo e mais de 30% do PIB chinês (BRUNET; GUICHARD, 2012; HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

Fenby (2008) chega a declarar que a “economia socialista de mercado”³² havia crescido sobremaneira em 2007, aproximadamente dez vezes em apenas três décadas, fomentada por mão de obra barata, baixo custo de capital e elevada produtividade. O autor diz que, pela primeira vez desde 1930, um outro Estado tinha contribuído mais do que os EUA para o crescimento da economia global, onde os próprios norte-americanos, além dos chineses, consideravam a RPC a principal potência econômica do planeta (CHINOPEDIA, 2011). De fato, nesse mesmo ano, a RPC havia ultrapassado as exportações dos EUA e, em 2009, as alemãs pela primeira vez, distanciando-se ainda mais das do Japão (GRAF. 1), tornando-se a maior potência comercial do mundo, ao despontar, também, como a primeira consumidora

³⁰ Presidente da RPC entre os anos de 1993 e 2003, sendo sucessor de Dèng Xiǎopíng (CHINOPEDIA, 2011).

³¹ Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

³² Tal termo consiste no sistema político-econômico que mescla aspectos socialistas na política com princípios da economia de mercado. É também conhecido como “socialismo com características chinesas” (nota do autor).

global de energia (GRAF. 2). Além do fator comercial, realça-se que a China também é uma potência financeira, tecnológica, militar e diplomática, vindo a ser reconhecida pelo mundo como uma grande potência. Isso é observado pela própria postura dos EUA ao estreitarem laços econômicos e diálogos estratégicos com os rivais desde 2006 (BRUNET; GUICHARD, 2012).

Em suma, admite-se afirmar que esse forte crescimento econômico tem ensejado a RPC a lançar estratégias, como a *Belt and Road Initiative*³³(BRI) de Xi Jinping, e, também, a fazer investimentos a nível global (FIG. 3). Tanto que, entre 2013 e 2017, o governo da China empregou cerca de US\$ 50 bilhões em países ligados ao BRI e empresas chinesas instalaram, nos mesmos, mais de 50 zonas de cooperação econômica e comercial (XUEQUAN, 2017)

3.1.3 A China desperta para o mar

Os chineses talvez venham oferecer um perigo amarelo à liberdade do mundo, tendo-se em vista que eles agregariam uma frente oceânica aos recursos do grande continente.
Halford Mackinder

Remetendo-se mais uma vez ao seu passado, é perceptível que as dinastias *Sòng*, *Yuán* e *Míng* distinguiram-se por enxergar o mar de forma diferenciada e tirar proveito do mesmo em função dos interesses imperiais. Apesar de terem liderado o mundo em tecnologia náutica e suas frotas terem sido capazes de conduzir o Império a uma era de colonização, os chineses demonstraram pouco interesse em países e territórios ultramarinos durante a dinastia *Sòng*. Já na dinastia *Yuán*, tentou-se impelir uma tendência oceânica e aplicar as vantagens tecnológicas nas expedições de conquistas marítimas. Conquanto, foi na era da dinastia *Míng* que consideráveis intercâmbios econômicos e culturais foram realizados no exterior, surgindo a figura do almirante Zheng He, o maior navegador da história chinesa, ao tráfegar sete vezes pelos oceanos Pacífico e Índico (KISSINGER, 2011; LO, 2012, WILSON, 2009).

³³ A “Iniciativa do Cinturão e da Rota”, chamada de “Nova Rota da Seda”, visa integrar toda a Eurásia e África, recriando o corredor econômico milenar que uniu Oriente e Ocidente, conhecido como “Rota da Seda”. O Cinturão é atinente às rotas terrestres e a Rota alude à Rota Marítima da Seda do século XXI (XINHUA, 2016).

Kissinger (2011) relata que, mesmo capitaneando uma esquadra potente, Zheng He jamais sinalizou alguma pretensão em explorar territórios ou conquistar colônias e nem obter recursos para o Império, subaproveitando o potencial marítimo chinês. E para arrematar, o governo central da dinastia havia ordenado, conscientemente, o desmantelamento de toda a esquadra de Zheng e a destruição de todos os seus registros de viagens, cessando, de forma brusca, as expedições do almirante chinês em 1433. Vale destacar que esta decisão abortou qualquer progresso da civilização chinesa a partir do mar e restringiu o desenvolvimento oceânico do poder marítimo chinês, gerando graves consequências, dado que, nessa mesma ocasião, o Ocidente se lançava no campo da exploração naval e, logo, humilharia o “Império do Meio” com invasões advindas justamente do mar (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009).

Como afirma Andrew Wilson (2009), apesar do fenecimento das viagens e dos limites impostos ao comércio e transporte marítimos, a dinastia *Míng* manteve, ainda, um eficaz comércio pelo mar, amplo comércio costeiro e oceânico por meio de navios mercantes, e uma quantidade significativa de navios de guerra para missões de defesa costeira e contra pirataria. Dessarte, posto que o comércio e a segurança marítimos não deixaram de ter sua relativa importância para o Império chinês, especialmente nas províncias costeiras, depreende-se que a China deteve um certo potencial de poder marítimo concernente aos seus fundamentos, tais como a tecnologia em náutica, a arte de marinharia e, sobretudo, a riqueza.

Outrossim, salienta-se que, com a perda do foco marítimo nas eras *Míng* e *Qíng* por mais de quatrocentos anos, o “Século da Humilhação” acabou servindo de força motriz para grande parte da China, ao impulsioná-la em direção à transformação marítima. Aliás, na década de 1980, a liderança chinesa chegava à conclusão de que a probabilidade de conflito ao longo do seu contorno oceânico era maior do que em seus limites terrestres. Assim, a rivalidade com países vizinhos por recursos submarinos, o surgimento do movimento de independência em

Taiwan e as disputas no Mar do Leste da China e no Mar da China Meridional (MCM) atraíram Pequim de vez para o mar (ERICKSON *et al.*, 2009; HOLMES; YOSHIHARA, 2008).

Verifica-se que a China sempre priorizou ser uma potência terrestre, porém a atenção do país em direção ao mar, hoje, é uma realidade, posto que cerca de 80% do **comércio** mundial é realizado por **via marítima** e a participação comercial chinesa na estacada marítima global está ampliando celeremente. Em 1995, um pesquisador da Academia de Ciências Militares da RPC argumentou que, em antagonismo ao Ocidente, a China era detentora de um pensamento geoestratégico essencialmente terrestre. No entanto, após dez anos, conforme o poder, a influência e a abertura do país se consolidaram fortemente, aflorou-se no país um debate atinente a qual rumo a estratégia chinesa tomaria, de poder terrestre ou marítimo, visto que muitos analistas e autoridades chinesas, ao classificarem a China atual como uma grande **potência marítima**, alegam que seu aprimoramento nesse campo deveria ser priorizado (ERICKSON; COLLINS, 2007; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009, grifos nossos).

Dado o exposto, a seguir, serão abordados os aspectos do pensamento estratégico chinês, com ênfase na sua Estratégia Militar frente ao seu entorno estratégico, e na formação das forças navais do Exército de Libertação Popular (ELP),³⁴ identificando o seu papel dentro das Forças Armadas da RPC e a sua relação com os objetivos da “grande estratégia” chinesa.

3.2 A Estratégia Militar da China

Coutau-Bégarie (2010) menciona que os escritos sempre foram valorizados pelos chineses e que muitos deles eram dedicados às questões militares. Segundo o autor, um dos pais fundadores do pensamento estratégico chinês é Sun Tzu (544-496 a.C.), o qual é referenciado como um dos maiores e vitoriosos estrategistas da China, famoso pelos seus eternos ensinamentos atinentes à Estratégia Militar, denominados como *A arte da guerra*. Seus artigos

³⁴ Do original no inglês: *People Liberation Army*. Tradução nossa: “Exército de Libertação Popular”.

caracterizam uma teoria estratégica bem engendrada cujas ideias-chave são a relação entre guerra e política e a dialética do ataque e da defesa.

A estratégia militar do Império chinês esteve, em sua grande parte, sob o enfoque do poder terrestre, e, até mesmo a RPC, instituída pelos comunistas de *Máo*, possuía também um forte pensamento estratégico militar terrestre. Este último se deu em razão, primeiramente, das experiências de guerra convencional, guerrilha e guerra terrestre que formaram a visão das elites governantes do PCC e do seu braço militar, o ELP, onde apenas poucos líderes militares eram conhecedores de algo pertinente à guerra naval ou às tecnologias essenciais para o combate aeronaval. Um segundo motivo está associado à mudança na relação político-militar da então União Soviética com a RPC, dado que num primeiro momento eram aliadas, mas a partir da década de 1960, a própria Rússia comunista se tornara a maior ameaça à segurança chinesa em suas fronteiras terrestres. Aliada a isso, a péssima atuação do poder militar terrestre, na breve guerra sino-vietnamita em 1979, configurou a terceira causa, incitando o sucessor de *Máo*, *Dèng Xiǎopíng*, a priorizar e reformar a EMC (LORD, 2009).

Em contrapartida, segundo Erickson e Collins (2007), apesar de ter se preocupado em proteger suas fronteiras terrestres ao longo de sua história, a RPC se tornou gradativamente mais dependente do mar em função das necessidades de importar energia e matérias-primas, e, também, transportar seus produtos para o mercado global. Os autores citam que, em vista do país ter emergido como potência marítima ao exercer influência comercial mundial e militar regional, a segurança das LCM passou a ser uma preocupação para a EMC, despontando dúvidas quanto à real capacidade da marinha em proteger os interesses ultramarinos.

3.2.1 O Entorno Estratégico chinês

Em que pese muitos anuírem que a RPC é uma potência de dimensões continentais, percebe-se que seu raio de alcance pode englobar tanto a região estratégica do centro-asiático

como às LCM do Pacífico, graças aos 14 mil quilômetros de litoral repletos de portos naturais propícios, favorecendo, dessa maneira, a posse de uma das posições mais auspiciosas do mundo. Dessa forma, repara-se que as zonas naturais de influência e expansão chinesa derivam do MCM ao Oceano Índico, incluindo o Sudeste Asiático, e da Ásia Central ao Extremo Oriente Russo, ainda que suas fronteiras políticas permaneçam inalteradas (KAPLAN, 2013).

É notório que o Sudeste Asiático possui um valor estratégico muito grande por ser o canal mais lucrativo para as ambições chinesas, porém a Península Coreana também desperta grande interesse, em virtude da região dirigir todo o tráfego marítimo do nordeste da RPC, no qual se encontra o Mar de Bohai e onde estão as maiores reservas chinesas de petróleo *offshore*. Agora, seguindo em direção ao Pacífico Ocidental, os chineses se deparam com uma séria de “Cadeias de Ilhas”³⁵, vistas por alguns analistas como parâmetro medidor do progresso da Marinha do Exército de Libertação Popular³⁶ (MELP) quanto à projeção de suas forças navais. Contudo, estrategistas chineses, como o Almirante Liu Huaqing, têm classificado a “Primeira Cadeia de Ilhas” como uma enorme barreira ao revés (FIG. 4), posto que constitui uma linha bem distribuída de países aliados dos EUA e com forte capacidade de atravancar os interesses chineses e o seu acesso ao alto-mar. Já a “Segunda Cadeia de Ilhas”, Liu a concebe inclusive no fito das futuras operações da MELP (KAPAN, 2012; ERICKSON; COLLINS, 2007).

Nesse contexto estratégico, existe também a questão de Taiwan que, aliás, tem sido um constante foco de tensão entre os EUA e RPC pela esfera de influência na Ásia marítima. Para a RPC, Taiwan trata-se da materialização do patrimônio chinês e da concretização da unidade nacional em benefício de todos de etnia chinesa. Ademais, com o país de volta ao

³⁵ O Almirante Liu Huaqing (1916-1995), ex-comandante da marinha chinesa e ex-Vice-Presidente da Comissão Militar Central (CMC) do PCC, definiu a **Primeira Cadeia de Ilhas** sendo composta pelo Japão, as Ilhas RyuKyu, a “meia ilha” da península coreana, Taiwan, as Filipinas e parte da Indonésia (ilha Bornéu). Já a **Segunda Cadeia de Ilhas** consiste em parte do arquipélago japonês ao sul, as ilhas Bonin, Marianas (incluindo Guam), Carolinas e Indonésia (ERICKSON; COLLINS, 2007, grifo nosso).

³⁶ Do original no inglês: *People Liberation Army Navy*. Conquanto, neste estudo, será adotada a terminologia “Marinha do Exército de Libertação Popular” (tradução nossa).

continente chinês, a marinha passaria a ter uma posição de vantagem estratégica em relação à Primeira Cadeia de Ilhas, projetando o poder militar chinês para o exterior (KAPLAN, 2013).

Referente ao MCM, averigua-se que 30% dos produtos comerciais transportados por via marítima no mundo e metade das necessidades energéticas do nordeste asiático transitam por ele. Esse mar, juntamente com o Estreito de Malaca, é a porta de entrada do Oceano Índico (FIG. 5), sendo objeto de cobiça não só da RPC, mas também de diversos outros atores externos, como a marinha indiana e a pirataria local, dada a presença da frota mercante chinesa e da existência considerável de depósitos de petróleo e gás na região, transformando-o num “segundo Golfo Pérsico” (KAPLAN, 2013; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009).

Com efeito, em relação aos objetivos estratégicos, nota-se que os chineses estão edificando primariamente uma “Grande China”, onde no epicentro situam-se o Sudeste Asiático e o MCM, com vistas à uma marinha de águas azuis³⁷ num horizonte não muito distante, não obstante persistir, ainda, uma mentalidade territorial entre eles, uma vez que as expressões Primeira e Segunda “Cadeia de Ilhas” possui conotação orientada para a terra, dando a entender que essas ilhas são vistas como extensões territoriais da China continental (KAPLAN, 2013).

3.2.2 A Marinha do Exército de Libertação Popular da China

As Forças Armadas da RPC são subordinadas à Comissão Militar Central (CMC) e são compostas pelo ELP e pelas Forças de Polícia Armada do Povo e Milícia, exercendo um relevante papel nas estratégias gerais de segurança e desenvolvimento da RPC ao cumprir a missão e o dever de salvaguardar a soberania nacional, a segurança e a defesa de seus interesses. Por sua vez, o ELP é uma força militar subdividida na Força Terrestre, Marinha, Força Aérea, Força de Foguetes, Força de Apoio Estratégico e Força Conjunta de Apoio Logístico. A MELP é responsável em apoiar as operações da RPC no mar, salvaguardar sua segurança marítima,

³⁷ Uma marinha de águas azuis consiste em uma força naval com capacidade oceânica (nota do autor).

manter sua soberania em seus mares territoriais, além dos seus direitos e interesses marítimos. É composta por Submarinos, Navios de Superfície, Aviação Naval, Corpo de Fuzileiros Navais e Forças de Defesa Costeira, tendo alcançado, somente após sete décadas de existência, uma alta capacidade dissuasória e de combate (CHINA, 2019; ZHAOHUI et al., 2019).

Conforme Erickson et al. (2009), a China não possui uma Marinha de histórias recentes, uma vez que suas forças navais estiveram alheias aos intensos combates sucedidos no século XX, como por exemplo, a Segunda Guerra Mundial. Todavia, *Máo Zédōng*, mediante a declaração de que a RPC deveria construir uma marinha poderosa para contrapor agressões imperialistas, foi o responsável pela fundação da MELP em 23 de abril de 1949 (PIKE, 2019).

Cabe mencionar que a MELP, inicialmente, era vista pela sociedade chinesa e por seus próprios líderes militares como uma instituição cuja principal missão era apoiar as forças terrestres do ELP, ocupando um papel totalmente secundário, já que as preocupações marítimas de Pequim eram alusivas apenas à defesa do litoral. Nos primeiros anos da MELP, durante a década de 1950, por meio de um acordo com a ex-União Soviética, a RPC recebeu do governo soviético tanto equipamento naval quanto assistência técnica para a construção de meios navais com as respectivas tecnologias. Mais de 2.500 conselheiros soviéticos estiveram em território chinês e diversos navios modernos foram fornecidos à China, possibilitando, assim, à MELP se reorganizar nos anos de 1954 e 1955, nascendo as *North Sea Fleet*, *East Sea Fleet* e a *South Sea Fleet*³⁸ da China, cujas missões principais eram a retomada de Taiwan e a defesa costeira (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009; PIKE, 2019).

Para Pike (2019), com o término do apoio soviético aos chineses no que tange ao aprimoramento da MELP em meados de 1960, a RPC se viu obrigada a potencializar sua própria marinha, instituindo órgãos de pesquisa e desenvolvimento de navios, sistemas de armas, equipamentos e assimilação de tecnologia importada. Na década seguinte, a marinha chinesa

³⁸ Esquadra do Mar do Norte, Esquadra do Mar do Leste e a Esquadra do Mar do Sul (tradução nossa).

conseguiu aumentar bruscamente, visto que 20% do orçamento de defesa foi alocado para as forças navais. Nesse período, a força submarina cresceu de 35 para 100 embarcações e o número de *Missile-Carrying Ships* de 20 para 200, além de ser iniciado o desenvolvimento de *Nuclear-powered Attack Submarines* e *Nuclear-powered Ballistic Missile Submarines*.³⁹

No início dos anos de 1980, sob a liderança de *Dèng Xiǎopíng*, a MELP, novamente, teve uma postura voltada somente para a defesa costeira. Entretanto, *Dèng* acabou priorizando a modernização de sua capacidade de combate, que só foi possível graças ao crescimento acelerado da economia, fruto das reformas eficazes estabelecidas por ele e continuadas por seus sucessores. Portanto, a MELP estava se tornando uma força naval regional com capacidades de “águas verdes”, ao se concentrar primordialmente em assegurar a defesa do litoral chinês, porém obtendo a capacidade de ousar em águas azuis (LORD, 2009; PIKE, 2019).

A MELP adentrou os anos de 1990 classificada como a terceira maior marinha do mundo, com 350.000 indivíduos, abarcando uma Força Aeronaval de 34.000 homens, Forças de Defesa Costeira de 38.000 e um Corpo de Fuzileiros Navais de 56.500. No entanto, embora a economia chinesa tenha passado por um crescimento absurdo nessa década, a MELP não foi contemplada com o mesmo investimento, em vista do decréscimo considerável nos gastos com a defesa. Ao se comparar os gastos chineses com a defesa de 1979 e de 1994, observa-se que, neste ano, representavam 1,3% do PIB e 9,5% dos gastos totais do governo; já naquele, a defesa figurava 5,6% do PIB, ficando responsável por 18,5% dos gastos totais. Tal fato acarretou um lento processo de substituição de seus meios navais, ao ponto da marinha chinesa possuir somente três novos navios principais em operação em 1994 (PIKE, 2019; CHINA, 1995).

Por outro lado, economicamente, na medida em que a dependência chinesa de recursos energéticos aumentava, a partir de 1995, as importações de petróleo ganharam um

³⁹ Para este estudo, serão adotadas as nomenclaturas “Navios transporte de mísseis” para *Missile-Carrying Ships*, “Submarinos Nucleares de Ataque” para *Nuclear-powered Attack Submarines* e “Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos” para *Nuclear-powered Ballistic Missile Submarines* (tradução nossa).

papel cada vez mais proeminente (GRAF. 3). Por conseguinte, suas LCM nos oceanos Índico e Pacífico e entre os pontos de estrangulamentos dos Estreitos de Ormuz e de Malaca (FIG. 6) fizeram-se vitais para o transporte dessas importações, tal como para a expansão econômica chinesa. Nesse momento, o papel da MELP se tornou crítico, tendo a responsabilidade de assegurar a liberdade e interesses chineses além-mar, como as LCM essenciais para o fluxo petrolífero oriundo do Golfo Pérsico e que abastece a China (PENGHONG, 2015).

Penghong (2015) afirma que os chineses demonstram estar dispostos a construir uma marinha de “águas azuis”, mas, para ele, a RPC ainda se trata de um país continental, dado que sua marinha necessita desenvolver e implementar uma política de presença naval avançada, projeção de poder, operações de segurança marítima, dentre outros. Agora Kaplan (2013) assevera que a situação favorável em terra, no âmago asiático, tem permitido à China arquitetar, hoje, uma grande Marinha, se projetando em seu entorno estratégico por meio dela.

3.3 A evolução da Estratégia Naval chinesa

Entendendo que a ENC, enquanto “pequena estratégia”, faz parte da EMC, uma estratégia maior, e interage com outras estratégias como a Estratégia Marítima e a Econômica, visando sempre atender os objetivos políticos, percebe-se que, segundo a classificação de Nan Li (2011), a mesma transitou da estratégia de *Near-coast defense* para a de *Near-seas active defense* e, mais tarde, rumou para uma estratégia naval de “águas azuis”.⁴⁰

3.3.1 Estratégia de Defesa Costeira

Como visto anteriormente na sua formação, desde 1949 até meados da década de 1980, as forças navais da MELP possuíam uma atuação limitada à defesa costeira e ao apoio das forças terrestres do ELP, sobretudo, no caso de uma possível invasão à Taiwan em prol da

⁴⁰ Para fins deste estudo será empregada por este autor a nomenclatura de “Defesa costeira” para *Near-coast defense* e “Defesa ativa em mares próximos” para *Near-seas active defense* (tradução nossa).

reunificação chinesa. Na ocasião, devido à falta de investimentos, o General Liu restringiu-se à doutrina de defesa *offshore*,⁴¹ incumbindo a MELP de defender os estreitos e vias navegáveis de importância estratégica, ou aqueles que poderiam ser explorados pelo inimigo na tentativa de invadir a China pelo mar. Logo, o aprimoramento das três Esquadras (FIG. 7) se fez vital para a defesa dos Estreitos de Bohai na costa norte, de Taiwan na costa leste, e de Qiongzhou na costa sul da China, bem como dos seus mares adjacentes (BEHRENDT, 2018; LI, 2011).

Para Nan Li (2011), quando *Dèng* se tornou o líder supremo no fim da década de 1970, o conceito de *Máo* sobre "guerra popular"⁴² foi sucedido pelo de "guerra popular em condições modernas", no qual as operações navais eram até consideradas importantes, porém continuariam, em grande parte, apoiando as terrestres contra uma possível invasão anfíbia, agora soviética, por meio de uma estratégia totalmente defensiva em sua essência. O autor cita que nenhuma grande mudança na ENC ocorreu nessa década, até serem efetivados os recém-construídos navios da classe DDG⁴³ e os submarinos nucleares de ataque, representando uma significativa melhora na capacidade naval chinesa.

3.3.2 Um novo conceito: “Defesa ativa em mares próximos”

Ainda no fim dos anos de 1970, a estratégia de defesa costeira foi gradualmente abandonada e uma nova ENC, a “defesa ativa⁴⁴ em mares próximos”, foi adotada. Tal conceito foi proposto por *Dèng Xiǎopíng* e desenvolvido por Liu Huaqing nos anos seguintes até ser amplamente coletivizado na liderança da MELP, convertendo-se na nova estratégia naval no

⁴¹ Segundo o General Liu, as operações *offshore* seriam concentradas dentro da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da RPC, compreendendo o Mar Amarelo, o Mar do Sul e Leste da China, além das águas ao redor de Taiwan e Okinawa (BEHRENDT, 2018).

⁴² Guerra Popular é uma estratégia político-militar oriunda das ideias de *Máo Zédōng*. A escola de pensamento “maoísta” a caracterizou como uma doutrina militar estratégica de guerra prolongada, cujo objetivo era atrair as forças inimigas, materialmente superiores, para imensidão do interior da China, onde o ELP juntamente com milhões de milícias armadas da população travaria uma guerra de guerrilha, desgastando os invasores por meio do atrito de longa duração (HOLMES; YOSHIHARA, 2018).

⁴³ Acrônimo no inglês para *Guided-missile Destroyers* ou Contratorpedeiro de mísseis guiados (tradução nossa).

⁴⁴ O conceito de “Defesa Ativa” será ampliado no item 4.1 deste estudo, ao se fazer menção dos Livros Brancos de Defesa da RPC.

fim da década de 1980. Para Dèng, os mares e oceanos não eram um fosso, pois a RPC deveria ir além deles e enfrentar o mundo a fim de ser uma marinha forte e próspera. Demais, o General Liu, nomeado como Comandante da MELP em 1982, foi peça fundamental para modernizar e adequar as capacidades navais à referida estratégia (ERICSON; GOLDSTEIN, 2009; LI, 2011).

Em comparação com a estratégia de defesa costeira, a estratégia de defesa ativa em mares próximos abrange áreas marítimas muito maiores e requer capacidades navais mais desenvolvidas. Em termos operacionais, a MELP atuaria num caráter estratégico maior e com muito mais autonomia, não constituindo mais sua principal função auxiliar as operações terrestres. Sua área de cobertura seria maior que as 200 milhas náuticas do litoral, abarcando a primeira cadeia de ilhas, os mares Amarelo, da China Oriental e da China Meridional, e as áreas marítimas adjacentes. Não obstante, não abrangeria o Pacífico Sul e o Oceano Índico (LI, 2011).

O propósito dessa nova estratégia, por meio da operação eficaz da MELP em mares próximos, visava: reunificar Taiwan com o continente, resgatar territórios marítimos perdidos e disputados, proteger os recursos marítimos da China, ter o controle efetivo das principais LCM em tempos de guerra, deter e defender contra a agressão estrangeira do mar e conduzir uma dissuasão nuclear estratégica. Contudo, apesar do Almirante Liu ter sido essencial para impulsionar a mudança na estratégia naval chinesa, havia também grandes restrições que o limitaram em adequar as capacidades navais à essa evolução estratégica, como por exemplo, a falta de unidade de visão entre os próprios líderes da MELP quanto à real necessidade de se ter uma estratégia naval específica, sem contar a drástica redução nos gastos militares (LI, 2011).

Cabe evidenciar que, até meados da década de 1990, a MELP permanecia como uma força naval capaz de apenas proteger as "águas marrons" costeiras. Conquanto, a crise do Estreito de Taiwan em 1996, quando Pequim foi submetida à coerção naval dos EUA em reação aos seus testes de mísseis, expôs bastante a vulnerabilidade da RPC às ameaças navais. Com isso, os líderes analistas da MELP convergiram suas atenções em como estabelecer um controle

marítimo local e temporário para operações de travessia marítima e desembarque anfíbio, resultando na doutrina de *Distant sea defense*⁴⁵ e asseverando uma intensiva construção naval para suprir as deficiências da MELP (KRUPAKAR, 2017; LI, 2011; BEHRENDT, 2018).

3.3.3 Uma Marinha rumo às “águas azuis”

Segundo Behrendt (2018), em 2004, quando o então presidente *Hú Jǐntāo* idealizou para a China uma capacidade de sustentar presença marítima em locais estratégicos, em condições hostis e por longos períodos, houve uma virada nos rumos da MELP. Ainda conforme o autor, a doutrina da “defesa em mares distantes” abarcaria tanto a questão de Taiwan e a defesa costeira, como agora, também, a proteção distante da soberania marítima, sendo intensificadas as disputas marítimas, especialmente, no MCM (FIG. 8) e traçadas metas de obter uma **defesa eficaz das LCM** essenciais e um *status* de **potência naval global** (grifo nosso).

Desde então, Pequim tem investido densamente no robustecimento de sua defesa marítima ao encomendar várias plataformas navais, armas, navios anfíbios e outros meios dotados de mísseis antinavio, mudando substancialmente as capacidades da MELP (TAB. 1). De sorte que os gastos totais de defesa da RPC, ao longo dos anos, passaram a ser majorados de maneira expressiva (TAB. 2), além do orçamento da MELP ter chegado à representatividade de quase 30% dos referidos gastos (KRUPAKAR, 2017; ERICKSON, 2016).

Ressalta-se que, quando esboçou sua estratégia em 1980, Liu Huaqing afirmou que a MELP operaria dentro e ao redor da primeira cadeia de ilhas ou em mares próximos da China por muito tempo. Entretanto, ele também anteviu que a expansão do poder naval chinês teria correlação com o crescimento da economia e o fortalecimento da ciência e tecnologia chinesas a longo prazo, onde a MELP ampliaria seu alcance operacional da primeira à segunda cadeia de ilhas, estendendo-se do norte do Japão às Ilhas Marianas do Norte, Guam e mais ao sul, por

⁴⁵ Tradução nossa: “defesa em mares distantes”.

meio da estratégia de *Far-seas operations*⁴⁶ (FIG. 9). Por fim, Liu aludiu que a MELP seria capaz de operar de forma independente e eficaz, realizando uma combinação cada vez mais ampla das estratégias A2 /AD⁴⁷ e projeção de poder dentro e fora das cadeias de ilhas, tornando-se de fato uma marinha regional de águas azuis (LI, 2011; ERICKSON; COLLINS, 2007).

Quanto às capacidades navais, constata-se que levaram quase duas décadas para que a estratégia de defesa ativa em mares próximos se traduzisse em capacidades relativamente adequadas para cumprir os interesses de tal estratégia. Portanto, a mudança para operar em mares distantes não será tão simples assim, já que, além da obrigação de organizar grandes forças navais de superfície e submarinas com funções diferentes e complementares, também exige preparação do campo de batalha e logística sustentável, fazendo-se essencial que sejam desenvolvidas **bases avançadas** em locais distantes das águas residenciais, como a inédita **base militar chinesa** inaugurada no **Djibuti** em 2017 (LI, 2011; O'ROURKE, 2021, grifo nosso).

Outrossim, nota-se que, desde a sua chegada ao poder, *Xi Jinping*, por meio da BRI, tem buscado obter uma forte presença naval no Oceano Índico, e, como resultado, assegurar importante **proteção** da **Nova Rota da Seda**. Coadunando-se com **a ideia de Mahan**, o presidente chinês está comprometido em construir uma força marítima de combate multifuncional rumo às “águas azuis”, onde a incumbência da MELP, definitivamente, passou a ser de *open seas protection*,⁴⁸ visto que um programa de modernização célere está em execução com o objetivo de: **desenvolver capacidades navais** para lidar com a situação de Taiwan; alcançar um maior grau de **controle de áreas marítimas**, em especial o MCM; regular as atividades militares estrangeiras em sua ZEE; **defender as LCM** cruciais para a China; **deslocar a influência dos EUA** no Pacífico Ocidental e se afirmar como a maior potência regional e uma **grande potência global** (KRUPAKAR, 2017; O'ROURKE, 2021, grifo nosso).

⁴⁶ Tradução nossa: “operações em mares afastados”.

⁴⁷ Do acrônimo no inglês para *Anti-Acess/Area Denial* ou Antiacesso e Negação de área (tradução nossa).

⁴⁸ Tradução nossa: “proteção em mares abertos”.

4 O PODER MARÍTIMO CHINÊS À LUZ DE MAHAN

Levando-se em conta os fatos relacionados ao pensamento estratégico chinês, este capítulo se propõe verificar a existência de pontos aderentes entre os elementos da Teoria “Mahaniana” do *Sea Power* e a evolução da ENC, que é o cerne do propósito deste estudo. Para tanto, a fim de compreender não só a ENC em curso, como também analisar as prioridades e os interesses além-mar do poder político chinês, será apresentado a seguir, na primeira seção, o que o governo chinês tem vislumbrado nos seus documentos oficiais em termos estratégicos.

4.1 A “Grande Estratégia” e os Livros Brancos da RPC

Considerando que o *Defense White Paper*⁴⁹ é um documento de alto nível, acerca das políticas e estratégias governamentais que pautam as ações de defesa, entende-se que o referido documento possui estreita correlação com as diretrizes emanadas do que chamamos de “grande estratégia”. Por isso, foram estudados os 11 Livros Brancos publicados pelo Departamento de Comunicação do Conselho do Estado da RPC no período de 1995 a 2019.

Com um teor pacifista, o Livro Branco de 1995, alusivo ao *Arms Control and Disarmament*,⁵⁰ basicamente, divulgou as políticas de defesa da RPC, as descrições gerais da redução no efetivo e orçamento do ELP, tratando, apenas ao final, dos aspectos de controle armamentista em si. Já em 1998, com o título de *China's National Defense*,⁵¹ o LBD expôs a nova visão de segurança da China e suas políticas de defesa de forma clara e sistêmica, cujos tópicos abordavam a situação da segurança internacional, a política de defesa, a construção da defesa, incluindo dados sobre despesas e redução de pessoal militar, a cooperação internacional de segurança e controle de armas e desarmamento (BLASKO, 2015; CHINA, 1998).

⁴⁹ Tradução nossa: “Livro Branco de Defesa” (LBD).

⁵⁰ Tradução nossa: “Controle de Armas e Desarmamento”

⁵¹ Tradução nossa: “Defesa Nacional da China”.

Para Blasko (2015), o LBD de 1998 estabeleceu um formato que perdurou por cerca de uma década, declarando que dentre os fatores causadores de instabilidade à paz e ao desenvolvimento estavam a dilatação dos blocos e a consolidação de alianças militares. O autor cita que os conceitos de “defesa ativa”⁵² e “guerra popular” foram inseridos pela primeira vez e se tornaram a base do pensamento militar estratégico chinês nos LBD seguintes. Esse Livro também **enfocou o aspecto marítimo** ao esboçar uma estratégia de desenvolvimento marítimo para salvaguardar a nova ordem marítima internacional, assim como os direitos, os interesses e os recursos marinhos chineses. Em 2000, o LBD tratou sobre a crítica situação de segurança, decorrente do aumento expressivo dos fatores causadores de instabilidade, e a probabilidade remota de se ter um mundo pacífico, quando a **primeira vez** foi discorrido algo em particular sobre o **caso de Taiwan** (CHINA, 1998, 2000; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009, grifo nosso).

Em 2002 e 2004, os Livros Brancos trouxeram algumas modificações, onde, no primeiro, foi inserida de forma mais ampla a composição do ELP e das demais Forças Armadas chinesas, e, no segundo, retratado o tema da Revolução nos Assuntos Militares com características chinesas, **priorizando o desenvolvimento da MELP**, além da consolidação das capacidades de dissuasão e combate. Conquanto, cabe destacar que o LBD de 2006 distinguiu-se dos anteriores, posto que não apenas mencionou os interesses marítimos da RPC, mas também esboçou como poderiam ser defendidos, ao planejar a **construção de uma moderna força de defesa costeira e fronteiriça até 2049** e o desenvolvimento de uma estratégia nuclear (BLASKO, 2015; CHINA, 2000, 2002; ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009, grifo nosso).

Nos biênios seguintes, mais três LBD foram publicados, os de 2008, 2010 e 2013, com destaque, respectivamente, para: a inovação das capacidades de **dissuasão estratégica**, **contra-ataques nucleares** e ataques convencionais de precisão; o incentivo à modernização

⁵² A terminologia “Defesa ativa” é o cerne do pensamento militar estratégico do PCC, desenvolvido pelas Forças Armadas da RPC, se resumindo à: adesão à unidade de defesa estratégica e ofensiva operacional e tática; adesão aos princípios de defesa, na autodefesa e ataque-resposta; e aderência à ideia de que os chineses não atacarão a menos que sejam atacados, mas certamente irão contra-atacar se forem atacados (CHINA, 2015).

militar e às tarefas de operação conjunta das forças militares; e os princípios para o emprego diversificado das Forças Armadas da RPC. (CHINA, 2008, 2010, 2013, grifo nosso).

Em maio de 2015, Pequim publicou a décima edição do seu LBD, intitulada *China's Military Strategy*,⁵³ descrevendo uma **visão estratégica mais expedicionária**, diferentemente das edições antecedentes, as quais eram voltadas em grande parte para a defesa. A novidade desse Livro Branco é a mudança de pensamento, uma vez que o seu tema central é a missão da RPC de salvaguardar seus direitos e interesses marítimos, inclusive, **ultramarinos**. Por consequência, a gerência dos **mares e oceanos** obtiveram mais relevância e suplantaram a mentalidade terrestre tradicional, sendo, por exemplo, as operações navais dentro do ELP priorizadas em detrimento das baseadas em terra. Destaca-se que esse Livro instituiu um plano audacioso de **reestruturação naval** para alcançar a **superioridade no mar** e direcionou suas operações militares mais para a defesa de interesses no exterior. Desse modo, o governo chinês esboçou, explicitamente, o interesse de se tornar uma **grande potência marítima**, até mesmo, se abonando o direito de abrir uma frente de **guerra marítima**, ao aprimorar o conceito estratégico de defesa ativa (CHINA, 2015; BLASKO, 2015; KRUPAKAR, 2017, grifo nosso).

Dentro do último e mais abrangente LBD, divulgado em 2019 e denominado *China's National Defense in the New Era*,⁵⁴ sobressaem-se os objetivos de defesa atinentes à oposição e contenção da **independência de Taiwan**, à repressão de movimentos separatistas como os da independência do Tibete e criação do Turquestão Oriental e à manutenção da salvaguarda dos direitos e interesses marítimos e **ultramarinos** da RPC, além dos interesses chineses de segurança no espaço sideral, espaço eletromagnético e ciberespaço. O aludido Livro menciona que, para lidar com as deficiências nas operações além-mar, o ELP tem construído forças em mares distantes, desenvolvendo **todo suporte logístico no exterior**, com o fim de manter a **segurança nas LCM** estratégicas e realizar operações de proteção às embarcações.

⁵³ Tradução nossa: “Estratégia Militar da China”.

⁵⁴ Tradução nossa: “Defesa Nacional da China na Nova Era”.

Embora esse LBD contenha inicialmente um caráter auspicioso, o documento alega que a busca pela hegemonia ou por esferas de influência em outras regiões do globo afeta tanto a segurança internacional quanto incita a escalada militar entre as grandes potências, onde os **EUA** são tidos como o principal responsável, dada a sua presença militar, por exemplo, na **Ásia-Pacífico**, **ameaçando o equilíbrio** estratégico e os interesses regionais (CHINA, 2019, grifo nosso).

Sabendo-se que a grande estratégia é um instrumento de governo utilizado pelas grandes potências, seja implícita ou abertamente, fica evidente, nos LBD supracitados, que a RPC tem articulado e estabelecido um modelo de grande estratégia no âmbito de suas políticas interna e externa. Desde 2013, *Xi Jinping*, o grande idealizador do “sonho chinês”, tem formulado políticas determinantes, dentre as quais se sobressaem os planos de reestruturação militar da China e também a iniciativa da Nova Rota da Seda. Com efeito, observa-se que a postura do poder político chinês tem correspondido aos preceitos de Mahan apontados no subitem 2.3.1, onde o **caráter do governo** dirige tanto o interesse nacional como uma aptidão para o mar, ampliando o seu poderio naval em busca de um Poder Marítimo influente no globo.

4.2 A China e o *Sea Power*

os crescentes interesses marítimos da China e os consequentes imperativos de segurança devem conduzir a formulação de uma visão essencial que faltava anteriormente à China: **consciência do poder marítimo**, uma **teoria do poder marítimo**, planos de **utilização dos oceanos** e uma concepção de **defesa marítima ativa** os quais subsidiam uma **grande estratégia abrangente**. (HUAYUN⁵⁵ *apud* ERICKSON; COLLINS, 2007, p. 50, tradução nossa, grifo nosso).⁵⁶

Partindo do princípio de que os governantes da China⁵⁷, ao longo das últimas cinco décadas, tentaram e têm buscado resgatar o passado de glória chinês e inserir a RPC no seio das grandes potências globais, averigua-se que tanto a conscientização marítima como a aplicação

⁵⁵ HUAYUN, Z. Strategic Use of the Seas-Knocking at the Door of a Grand Strategy. *Dangdai Haijun*, 2007.

⁵⁶ Do original no inglês: “China’s growing maritime interests and consequent security imperatives must drive the formulation of an essential vision that China has previously lacked: sea power consciousness, a theory of sea power, ocean utilization plans, and a conception of active sea defense to inform a comprehensive grand strategy.”

⁵⁷ Com destaque, cronologicamente, para Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao e o atual presidente Xi Jinping.

de uma teoria do poder marítimo se fizeram necessárias gradualmente, contribuindo, dessarte, para o desenvolvimento do poder nacional chinês. Conforme Nan Li (2011), Liu Huaqing, persuadido pelo pensamento “mahaniano” de que os **oceanos são cruciais para o crescimento da riqueza e do poder de um Estado**, foi o grande propagador dessa consciência, ao ponto de alguns analistas ocidentais o cognominarem de **Mahan da China**. Como fruto da visão e sob o comando de Liu, os chineses, por exemplo, apreenderam que o **controle do MCM** teria ampla relevância para a projeção do poder chinês (KAPLAN, 2013, grifo nosso).

Para Lord (2009), um lugar no globo onde as obras de Mahan são estudadas com bastante afinco é a RPC, pois, segundo ele, os “navalistas” chineses são discípulos vorazes do teórico estadunidense e, atualmente, muitos escritores militares proeminentes e acadêmicos na RPC, adeptos do *Sea Power*, exercem influência sobre o planejamento naval chinês. Igualmente, como afirma McVadon (2009), os militares chineses parecem ter muita estima pelos escritos de Mahan, uma vez que o *Sea Power* faz parte do currículo de formação profissional avançada para os oficiais em ascensão da MELP. Já Holmes e Yoshihara (2006) relatam que matérias publicadas no influente jornal da Academia de Ciências Militares da RPC, *Zhongguo Junshi Kexue*, e na revista *Military Digest* associam o rompimento da tradicional estratégia chinesa de defesa costeira, em prol do controle ofensivo do mar, aos preceitos de Mahan. Os autores acrescentam que essa admiração pôde ser certificada por ocasião do Simpósio de Segurança Marítima, realizado em Pequim na primavera de 2004, quando diversos Acadêmicos evocaram os pensamentos e conceitos “mahanianos”.

Conforme visto no capítulo três, a RPC está de fato se tornando uma potência marítima, e essa transformação marítima é imperativa haja vista a estabilidade e o desenvolvimento da sociedade chinesa dependerem significativamente da prosperidade econômica, que é fomentada pelo forte e estável comércio oceânico. Do mesmo modo que Mahan, os chineses veem que a segurança das LCM é imprescindível para dar seguimento a

esse avanço econômico. E para tal, uma poderosa esquadra de navios, capaz de manter a supremacia no mar nessas áreas de interesse, se faz necessária, acarretando a interdependência entre o comércio marítimo e a marinha de guerra, de acordo com o subitem 2.3.3 deste estudo.

Dessa forma, pode-se inferir que a RPC tem buscado trilhar o curso de grandes potências navais, outrora instigadas pelas ideias “mahanianas”, e que os pensadores estratégicos chineses têm tentado impelir o poder marítimo chinês, priorizando o desenvolvimento econômico, com a finalidade da China reaver a sua esfera de influência regional. Como para Mahan, **comércio, navios e bases** logísticas constituem os pilares de um poder marítimo, nas próximas seções, será exposto se tais pilares fundamentam, também, o poder marítimo chinês.

4.3 O Comércio exterior da China e as suas LCM essenciais

Segundo Holmes e Yoshihara (2018), um importante estudo acerca do poder marítimo da China, escrito pelo professor Gao Lan da reverenciada Universidade Tongji de Xangai, ao enfatizar a visão “mahaniana” do *Sea Power*, deixou claro que a economia marítima chinesa importa ter um valor estratégico superior ao dos aspectos militares. Isso porque a base do *Sea Power* incide no dever de garantir o acesso do **comércio** marítimo por meio de ações **políticas**, as quais direcionam o **poder militar naval**. Logo, é válido concluir que, dentro dessa tríade “mahaniana”, o comércio ocupa o primeiro lugar (grifo nosso).

Seguindo esse entendimento, ao olhar para o crescimento econômico da China, conforme citado nos subitens 3.1.2 e 3.1.3, conclui-se que o comércio exterior impulsionou a expansão chinesa para o mar, justificado pelo excelente desenvolvimento nos mercados globais de construção naval, sua próspera e extensa marinha mercante (FIG. 10), o amplo alcance *offshore* de suas empresas de exploração de energia e minerais, sua crescente frota de pesca e, sobretudo, sua marinha cada vez mais moderna. Assim sendo, a proteção de suas LCM tornou-se vital, pois, de fato, desde 2010, a RPC advém como o segundo maior comerciante global de

mercadorias, quando o comércio exterior passou a retratar mais de 40 % do seu PIB e se realizar por meio de vias marítimas em quase sua plenitude⁵⁸ (ERICKSON; GOLDSTEIN, 2009).

A incitação “mahaniana” ao desenvolvimento econômico repercutiu sobremaneira entre os chineses, já que o país tem vislumbrado como meta a prosperidade econômica e cada vez mais está dependente do comércio marítimo de petróleo e de outras *commodities*. Tal fato é mencionado, em 2003, num artigo referente à segurança energética do jornal do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da RPC, ao sinalizar a crescente dependência das LCM que abastecem sua economia com matérias-primas (HOLMES; YOSHIHARA, 2006).

Para Kaplan (2013), a RPC pode ser definida como uma potência extremamente realista, visto que tem esboçado ambições externas e estabelecido relações em lugares remotos, mas que fornecem os recursos imperativos para o seu crescimento. A sobrevivência e expansão econômicas chinesas, como também a conseqüente necessidade de garantir energia, metais e minerais estratégicos impulsionaram os chineses para o exterior, ansiando ampliar a sua presença na África Subsaariana, rica em petróleo e minerais, e asseverar o acesso portuário pleno junto ao MCM e no adjacente Oceano Índico, nos quais o escoamento de hidrocarbonetos do mundo árabe-persa para a orla marítima chinesa poderia ser realizado.

Com efeito, em vista das muitas LCM regionais e globais que envolvem a RPC, o governo chinês, adotando um pensamento estratégico mais oceânico, tem buscado, mediante o aprimoramento da ENC, defender tanto esse comércio como as respectivas LCM, alinhando-se, dessa maneira, às ideias centrais de Mahan, expostas nos subitens 2.3.2 e 2.3.3. Portanto, estabelecer uma rede de bases militares ultramarinas ou pontos avançados de reabastecimentos no exterior tornou-se indispensável para a liderança chinesa ao permitir que tanto a MELP exerça esse papel protetivo com efetividade quanto esses postos sirvam de plataformas de apoio às atividades navais expedicionárias, conforme será mostrado a seguir.

⁵⁸ WORLD TRADE ORGANIZATION. *World Trade Statistical Review 2020*. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/wts2020_e/wts2020_e.pdf>. Acesso em 01 jul. 2021.

4.4 O Poder Naval chinês e suas Bases de Apoio

Não obstante os chineses terem assimilado a descomunal filosofia “mahaniana”, nota-se que, até agora, a MELP ainda não conseguiu estruturar uma força oceânica que propicie a funcionalidade do *Sea Power*, como apresentado nos subitens 3.2.2 e 3.3.3. Contudo, embora pareça sobre os chineses uma mentalidade territorial, conforme mencionado no subitem 3.2.1, Kaplan (2013) relata que os chineses têm desenvolvido recursos operativos de A2/AD (FIG. 11) com objetivo de negar a entrada ou dificultar a mobilidade da marinha dos EUA nas águas do Mares do Leste e Sul da China, visto que estão construindo quatro novas classes de submarinos de ataque e de lançadores de mísseis balísticos, podendo até ultrapassar a frota estadunidense num futuro próximo. Além disso, a RPC também tem investido em sua força de superfície, tencionando o aprimoramento da capacidade de guerra antissubmarino por meio de suas fragatas, corvetas e *destroyers* (TAB. 1). Isso passou a ser uma das metas prioritárias do almirantado chinês devido ao fato dos submarinos serem uma das maiores ameaças não só aos navios da MELP, mas, sobretudo, à frota de mercantes chineses (BEHRENDT, 2018).

Alinhando-se aos preceitos de Mahan, comprova-se que alguns marcos foram conquistados pelo Poder Naval chinês em sua trajetória rumo às “águas azuis”, tais como o envio de uma força naval da MELP para o Golfo de Áden em 2008, numa missão antipirataria nas águas da Somália, inclusive, com presença permanente no Chifre da África; a inauguração do primeiro porta-aviões chinês, o “Liaoning”, tal como de sua primeira unidade de aviação embarcada, incorporados à Esquadra sediada no Mar de Bohai em 2013; e a construção do seu segundo porta-aviões, o “Shandong”, que entrou em serviço no fim de 2019. Evidencia-se também o elevado acréscimo de navios que fazem a função de escolta (TAB. 1), com sobressaia para mais de 40 corvetas desde 2013 (O’ROURKE, 2021; PIKE, 2019).

Em que pese a MELP atual ter se tornado a maior do mundo, com quase 350 navios e submarinos, cabe ressaltar que, para Mahan, uma marinha só necessita obter supremacia no

local e no momento imprescindíveis. Assim, na visão dos analistas chineses, não é mandatório a MELP ser mais poderosa que a marinha dos EUA na sua integralidade, mas sim possuir uma preeminência relativa, na qual basta as forças navais da RPC serem mais fortes que a parcela da marinha estadunidense presente nas águas indo-pacíficas (EUA, 2021; O'ROURKE, 2021).

No entanto, o “evangelista do poder naval” alertou que navios sem bases de apoio no exterior seriam como “pássaros terrestres, incapazes de voar longe de suas costas” (MAHAN 1890, p.83, tradução nossa).⁵⁹ Nesse sentido, de modo análogo à postura norte-americana em adquirir postos avançados no mar do Caribe com o intuito de proteger seus interesses marítimos, abrangendo até mesmo o Canal do Panamá, a RPC, consoante à ENC de “defesa ativa em mares próximos” do Almirante Liu, passou a encarar o MCM e o Mar Amarelo como seus “Caribes”, trilhando a lógica “mahaniana” (HOMES; YOSHIHARA, 2006, 2018).

Esses postos são de extrema importância para a MELP obter o controle dos mares adjacentes à fronteira marítima da China, por onde passam LCM cruciais. Todavia, conforme o subitem 3.2.1, existe um impasse ainda a ser resolvido, que é a questão de Taiwan, já que o país insular encontra-se inserido nas LCM que vão do Estreito de Malaca aos portos chineses de Xangai e Tianjin, sendo o acesso marítimo para a capital. Segundo o *Sea Power*, uma base insular possui certa relevância decorrente não só de sua aproximação de LCM essenciais, mas de seus recursos naturais e de suas possíveis facilidades de defesa, maximizando o Poder Naval do país. Agregado a esse dilema, a RPC tem envidado esforços para consolidar sua hegemonia no MCM a qualquer custo, por meio da constituição de infraestruturas produtivas e de postos avançados em ilhas artificiais⁶⁰ (FIG. 12), que podem ser empregados estrategicamente como bases, seja para apoio das forças aeronavais seja para defesa em profundidade (WEDIN, 2015).

Ao instituir sua primeira base militar ultramarina no Djibuti e ao investir de maneira consistente na construção de portos e infraestruturas em países estratégicos, tais como os Portos

⁵⁹ Do original no inglês: “*land birds, unable to fly far from their shores.*”

⁶⁰ Como exemplo, temos as instalações realizadas nas Ilhas Paracel e Spratly desde 2016 (EUA, 2020).

de Gwadar, no Paquistão, e os de Colombo e Hambantota, no Sri Lanka, é plausível dizer que a RPC tem adotado rumos “mahanianos” em sua essência. Inclusive, a BRI, citada no subitem 3.1.2, tem revelado uma estratégia que vai muito além do cunho econômico, haja vista que os “portos amigos” utilizados parecem servir tanto aos fins comerciais quanto às necessidades logísticas dos navios de guerra da China. Em 2014, foi constatada a presença de submarinos chineses no Porto construído em Colombo e, no ano seguinte, foi a vez do Porto de Karachi, no Paquistão, causando alardes até na rival Índia. Tal postura chinesa parece condizer com a teoria norte-americana⁶¹ do “colar de pérolas” (FIG. 13), a qual alega que a RPC está cingindo o Oceano Índico para obter maior projeção de poder na região (KRUPAKAR, 2017).

Complementando os fatos acima, conforme descrito num site dos EUA especializado em questões militares,⁶² Xu Guangyu,⁶³ com o fim de possibilitar à MELP realizar operações de forma global, outras bases logísticas ultramarinas serão ainda construídas em diferentes continentes num futuro breve, à semelhança de Djibuti. Outrossim, um site da *Aeronaval Comunicação*⁶⁴ publicou que, segundo relatos da mídia chinesa, o governo da RPC possui um projeto de construir, ao todo, 18 bases navais pelo globo (FIG. 14), visando assegurar bases de apoio em regiões próximas e distantes, tal como na Tanzânia e na África Ocidental.

Tendo em vista os aspectos observados, depreende-se certa aderência de pontos do *Sea Power* no desenvolvimento do Poder Marítimo chinês, posto que, aliado à favorável configuração física citada no subitem 3.2.1, tanto o caráter do governo como a recente mentalidade marítima da sociedade da RPC, aludidos nos itens 4.1 e 3.1, têm impulsionado não só o próspero comércio marítimo chinês, mas também a florescente ENC. Dessarte, a existente concomitância entre a **vontade política, comércio exterior** e o **poderio naval**, conforme apregado por Mahan, tornou-se a base desse recrudescimento marítimo chinês (grifo nosso).

⁶¹ Termo geopolítico empregado em um relatório interno do Departamento de Defesa dos EUA (TIMES, 2005).

⁶² Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/overseas-bases>>. Acesso em 12 jul. 2021.

⁶³ General aposentado do ELP e Consultor sênior da Associação chinesa de Controle de Armas e Desarmamento.

⁶⁴ Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2021/05/12/>>. Acesso em: 12 jul. 2021

5 CONCLUSÃO

O objeto de estudo deste trabalho tem como propósito responder a seguinte questão de pesquisa: a evolução da Estratégia Naval da RPC nas últimas cinco décadas possui pontos de aderência do *Sea Power* de Alfred Mahan?

Para a consecução desse propósito, o aludido estudo foi organizado em cinco capítulos, tendo sido primeiramente analisados os principais elementos de todo o arcabouço teórico “mahaniano” no tocante ao legado e aos fatores condicionantes do *Sea Power*, bem como o tríplice alicerce do Poder Marítimo, quais sejam o comércio, os navios e as bases de apoio. No capítulo seguinte, tentou-se compreender como se deu a formação do pensamento estratégico chinês, desde o surgimento do “Império do Meio” até os dias atuais, ficando evidente que a China tem buscado expandir suas fronteiras terrestres e marítimas por meio de todas as expressões do seu poder nacional, com a finalidade de recuperar a glória da época imperial e enterrar de vez o traumatizante “Século da Humilhação”. Agora no quarto capítulo, procurou-se verificar as semelhanças entre os conceitos do *Sea Power* e a trajetória trilhada pelo governo chinês na ENC. Desse modo, neste capítulo serão apresentadas as decorrências das análises realizadas e apontadas algumas sugestões para futuras pesquisas.

Ao vislumbrar o expansionismo chinês, identificou-se que alguns fatores-chave do *Sea Power* impulsionaram o despertar marítimo chinês, tais como o caráter nacional da civilização chinesa e o ímpeto de seus governantes. Entretanto, nada se compara ao ditoso crescimento econômico ocorrido a partir das reformas na década de 1980, visto que esse foi o fator primordial para a transformação marítima da RPC, levando o governo chinês a pôr suas atenções no seu extenso litoral e nas LCM do seu entorno estratégico, em especial no MCM.

Por outro lado, conforme os preceitos de Mahan, embora a China tivesse um comércio exterior contundente, o país necessitava assegurar esse comércio mediante a uma estratégia naval dirigida pelo poder político chinês. Portanto, foram inegáveis a aceitação e,

porque não dizer, a devoção tanto dos militares como dos acadêmicos chineses aos escritos do teórico estadunidense. Notou-se também que o Almirante Liu Huaqing principiou uma grande transformação na ENC, seja quando à frente da MELP ou como Vice-presidente do CMC, recebendo até a alcunha de “Mahan chinês” por parte de alguns estrategistas ocidentais. Paralelamente a essa mudança de pensamento estratégico, pode-se dizer que, no âmbito externo, a forte presença naval dos EUA e de seus aliados na região Indo-Pacífica e também a alarmante independência de Taiwan aceleraram a busca da RPC por um Poder Marítimo imponente.

De modo igual, a crescente dependência energética e de algumas matérias-primas do exterior fizeram com que os olhares chineses se estendessem para além do MCM, até o Oceano Índico. Logo, tornaram-se imperativos para a RPC o aprimoramento do seu Poder Naval e o estabelecimento de bases avançadas situadas de maneira estratégica. Desde então, o tríplice alicerce “mahaniano” passou a corresponder exatamente aos interesses da liderança chinesa, onde a Marinha do ELP seria o braço protetor tanto do comércio como das respectivas LCM e possibilitaria a projeção do poder chinês em todo o seu entorno estratégico.

Em que pese os chineses detenham vantagens consideráveis quanto a extensão territorial e populacional, um dos seus grandes dilemas é aproveitar a excelente posição geográfica do país junto ao seu entorno estratégico. Por essa razão, ao desenvolver sua estratégia A2/AD, a RPC mostra estar disposta a suplantiar outras marinhas, tais como a da Índia e a dos EUA, evidenciando mais uma das ideias de Mahan ao intentar a obtenção do controle de pontos vitais para a segurança de sua economia, a saber, os Estreitos de Ormuz e de Malaca.

Obviamente, tal qual algumas potências navais do passado adaptaram o *Sea Power* às suas realidades, percebe-se que a RPC tem aplicado pontos da referida teoria ao seu molde. Como, para Mahan, o controle dos mares e das LCM cruciais são a via para alcançar o *status* de grande potência mundial, observou-se que a ENC e suas respectivas capacidades navais vêm passando por uma transformação evolutiva, mudando de defesa costeira e defesa ativa em mares

próximos para operações em mares distantes. Inclusive, foi comprovado neste trabalho que o governo da RPC, por meio dos seus dois últimos LBD, traçou metas claras, cujo objetivo era a construção de uma marinha forte e expedicionária, ampliando, dessa forma, sua posição global.

O persistente desejo de instituir bases ultramarinas de apoio tem manifestado sinais de que a China, possivelmente, está inspirada em conceitos “mahanianos”. Isso porque a presença militar chinesa em áreas marítimas relevantes, além de maximizar o alcance do seu poder naval, também poderá expandir de forma concreta a sua influência político-econômica ao redor do mundo. Assim sendo, enquanto a MELP busca estabelecer um domínio naval nas águas costeiras da RPC com intuito dissuasório, o governo chinês também tem tentado ampliar a operação da MELP em águas oceânicas a fim de salvaguardar os interesses econômicos chineses além-mar. Hoje, além de ser a maior marinha do mundo, a MELP é detentora de uma força naval cada vez mais avançada, robusta, flexível e com meios navais multifuncionais dotados de modernos equipamentos, sensores e armas antinavio, antiaéreo e antissubmarino.

Outro ponto que merece destaque é a postura assertiva de líderes chineses, como *Xi Jinping*, que parecem consentir com a filosofia “mahaniana” ao buscar a edificação de um país estável, próspero e poderoso. O atual presidente, por meio do *slogan* do “sonho chinês”, tem lançado mão da consistente economia chinesa para exercer influência sobre países estratégicos. Por isso, em atenção ao papel preponderante da RPC no mundo e a célere evolução da ENC, sugere-se, para futuras pesquisas, a realização de uma análise mais exaustiva da correlação entre o “sonho chinês”, a BRI, e o estabelecimento de bases avançadas no MCM e nos oceanos Índico, Pacífico e quiçá Atlântico, tal como, de uma comparação, em termos quantitativo e, principalmente, qualitativo, do Poder Naval chinês junto às demais potências navais do globo.

Concluindo o presente estudo, pode-se considerar que os elementos do *Sea Power*, aqui analisados, vêm sendo adaptados e aplicados pela RPC, permitindo, assim, inferir que a ENC nas últimas cinco décadas possui pontos evidentes de aderência da teoria “mahaniana”.

REFERÊNCIAS

- BEHRENDT, Pawel. *A evolução da estratégia marítima e doutrinas navais no nordeste asiático*. Disponível em: <<https://cimsec.org/the-evolution-of-maritime-strategy-and-naval-doctrines-in-north-east-asia/>>. Acesso em: 20 jun. 2021.
- BLASKO, Dennis J. *The 2015 Chinese defense white paper on strategy in perspective: maritime missions require a change in the PLA mindset*. 19 jun. 2015. Disponível em: <<https://jamestown.org/program/the-2015-chinese-defense-white-paper-on-strategy-in-perspective-maritime-missions-require-a-change-in-the-pla-mindset/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina militar naval*. 1 rev. Brasília: 2017.
- BRUNET, Antoine; GUICHARD, Jean-Paul. *O objetivo hegemônico da China: O imperialismo econômico*. Tradução de Pedro Elói Duarte. Coimbra: Conjuntura Actual Editora, 2012. Título original: *La Visée Hégémonique de la Chine. L'imperialisme Economique*.
- CAMINHA, J. C. G. *Delineamentos da estratégia*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 1980.
- CASTEX, Raoul. *Strategic theories*. Selections translated and edited, with an introduction by Eugenia C. Kiesling. Annapolis: Naval Institute Press, 1994. 445p. Título original: *Théories stratégiques*.
- CHINA. *China's White Paper: Arms Control and Disarmament*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 1995. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/e-white/army/a-1.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- _____. *China's National Defense*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 1998. Disponível: <<http://www.china.org.cn/e-white/5/index.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- _____. *China's National Defense in 2000*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2000. Disponível: <<http://www.china.org.cn/english/2000/Oct/2791.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- _____. *China's National Defense in 2002*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2002. Disponível: <<http://en.people.cn/features/ndpaper2002/nd.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- _____. *China's National Defense in 2004*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2004. Disponível: <<http://en.people.cn/whitepaper/defense2004/defense2004.html>>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- _____. *China's National Defense in 2006*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2006. Disponível: <<http://www.china.org.cn/english/China/194332.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *China's National Defense in 2008*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2009. Disponível: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7060059.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *China's National Defense in 2010*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2011. Disponível: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7114675.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *The Diversified Employment of China's Armed Forces*. Beijing: Information Office of the State Council of the People's Republic of China, 2013. Disponível: <http://www.china.org.cn/government/whitepaper/node_7181425.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *China's Military Strategy*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2015. Disponível em: <http://www.china.org.cn/china/2015-05/26/content_35661433.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

_____. *China's National Defense in the New Era*. The State Council Information Office of the People's Republic of China, 2019. Disponível em: <<http://www.xinhuanet.com/english/download/whitepaperonnationaldefenseinnewera.doc>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CHINOPEDIA, 2011. Disponível em: <<http://chinopedia.webnode.es>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook – China*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/china>>. Acesso em: 05 jun. 2021.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Tratado de Estratégia*. Tradução de Brigitte Bentolila de Assis Manso et al. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. Título original: *Traité de stratégie*.

CROWL, Philip A. Alfred Thayer Mahan: The Naval Historian. In: PARET, P (Ed.); CRAIG, G. A.; GILBERT, F. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 1986. cap. 16, p. 444-480.

DU HALDE, Jean-Baptiste. *Description géographique, historique, chronologique, politique, et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise: enrichie des cartes generales et particulieres de ces pays, de la carte générale & des cartes particulieres du Thibet, & de la Corée, & ornée d'un grand nombre de figures & de vignettes gravées en taille-douce*. Paris: NL Moutard, 1770. vol.2, p. 169.

EARLE, E. M. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1973.

ERICKSON, Andrew. The Limits of Growth: Economic Headwinds Inform China's Latest Military Budget. *Wall Street Journal*. 05 mar. 2016. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/chinarealtime/2016/03/05/the-limits-of-growth-economic-headwinds-inform-chinas-latest-military-budget/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ERICKSON, A.S; GOLDSTEIN, L.J. Chinese Perspectives on Maritime Transformation. In: ERICSON, Andrew S. et al. (Ed). *China goes to the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. Introd. p. xiii-xxxvi.

ERICKSON, Andrew; COLLINS, Gabriel. *China's Maritime Evolution: Military and Commercial Factors*. Incheon: Inha University, 2007. Pacific Focus, vol. XXII, n. 2, p. 47-75.

ERICKSON, AS. (Ed.); GOLDSTEIN, L.J (Ed.); LORD C. (Ed.). *China goes to the sea: maritime transformation in comparative historical Perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. 486 p.

EUA. *Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020*. Washington: Office the Secretary of Defense, 2020, 173p.

FENBY, Jonathan. *Modern China: The fall and rise of a Great Power, 1850 to the present*. New York: Harper Collins Publishers, 2008.

FLORES, Mário Cesar. Bases Navais Novos Problemas - Novas Ideias. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=008567&pagfis=102496&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em 07 maio 2021.

GERMOND, Basil. Seapower and International Relations. In: *The Maritime Dimension of European Security*. London: Palgrave Macmillan, 2015. p.5. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137017819_2>. Acesso em 15 maio 2021.

GLOBAL SECURITY. *String of Pearls: Overseas Military Bases*. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/overseas-bases.htm>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

HART, B.H. Liddel. *Strategy*. Londres: Faber & Faber, 1967. p. 322.

HOLMES, James. China's Naval Strategy: Mahanian Ends Through Maoist Means. *The Diplomat*. 21 jun. 2013. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2013/06/chinas-naval-strategy-mahanian-ends-through-maoist-means/>>. Acesso em 19 abr. 2021.

HOLMES, James. R.; YOSHIHARA, Toshi. *The Influence of Mahan upon China's Maritime Strategy*. Comparative Strategy. 2006. p. 23-51. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/01495930590929663>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____; _____. *Chinese naval strategy in 21st century: the turn to Mahan*. New York: Routledge, 2008. 167 p.

_____; _____. *Red Star over the Pacific: China's Rise and the Challenge to U.S. Maritime Strategy*. 2. ed. Annapolis: Naval Institute Press, 2018. 368p.

HUECAS, Gregorio Doval. *Breve historia de la China milenaria*. Madrid: Ediciones Nowtilus SL, 2011. cap. 1, p. 34.

KAPLAN, Robert. *A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. cap. XI, p. 191-232.

KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Título original: *On China*.

KRUPAKAR, Jayanna. China's Naval Base(s) in the Indian Ocean—Signs of a Maritime Grand Strategy? *Strategic Analysis*. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09700161.2017.1296622>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

LI, Nan. *The evolution of China's naval strategy and capabilities: from "near coast" and "near seas" to "far seas"*. In: SAUNDERS, Phillip C. et al (Ed.). *The Chinese Navy: expanding capabilities, evolving roles*. Washington: National Defense Press, 2011. cap. 5, p. 109-140.

LO, Jung-pang. *China as a sea power: a preliminary survey of the maritime expansion and naval exploits of the chinese people during the southern song and yuan periods*. Singapore: National University of Singapore, 2012.

LORD, Carnes. China and maritime transformations. In: ERICSON, Andrew S. et al. (Ed.). *China goes the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. p. 426-456.

MAHAN, A. T. *The influence of sea power upon history, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MCVADON, Eric A. China's Navy Today: Looking toward Blue Water. In: ERICSON, Andrew S. et al. (Ed.). *China goes the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. p. 373-400.

MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da geografia: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018. Título original: *Prisoners of Geography: Ten Maps That Tell You Everything You Need to Know About Global Politics*.

O'ROURKE, Ronald. *China Naval Modernization: Implications for US Navy Capabilities – Background and Issues for Congress*, Congressional Research Service, 2021. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL33153.pdf>>. Acesso em 02 jul. 2021.

PENGHONG, Cai. Maritime Asia: A Chinese Perspective. In: TILL, Geoffrey (ed.). *The Changing Maritime Scene in Asia: Rising Tensions and Future Strategic Stability*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2015, p. 37-48.

PIKE, John. *People's Liberation Navy – History*. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/military/world/china/plan-history.htm>>. Acesso em 06 jun. 2021.

PU, Xiaoyu. Controversial identity of a rising China. *The Chinese Journal of International Politics*. 29 maio 2017. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cjip/article/10/2/131/3858324?login=true>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

RIBEIRO, Antônio S. *Mahan e as marinhas como instrumento político*. Lisboa: Revista Militar no 2450, 2010. Disponível em: <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id569>. Acesso em 15 maio 2021.

SPROUT, Margaret T. Mahan: Evangelist of Sea Power. In: EARLE, E. M. (Ed.); CRAIG, G. A.; GILBERT, F. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2. ed. Princeton: Princeton University Press, 1973. cap. 17, p. 415-445.

STIMSON, H.L. *On Active Service in Peace and War*. New York: Harper & Brothers, 1948, p. 506.

TIMES, Washington. *China builds up strategic sea lanes*. 17 jan. 2005. Disponível em: <<https://www.washingtontimes.com/news/2005/jan/17/20050117-115550-1929r/>>. Acesso em 05 ago. 2021.

TOSTA, Octávio. *Teorias geopolíticas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

WEDIN, Lars. *Estratégias Marítimas no século XXI: A contribuição do Almirante Castex*. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

WILSON, Andrew R. The maritime transformations of Ming China. In: ERICSON, Andrew S. et al. (Ed.). *China goes the sea: maritime transformation in comparative historical perspective*. Annapolis: Naval Institute Press, 2009. p. 238-287.

XINHUA. *The Belt and Road Initiative: The Silk Road Economic Belt/21st-Century Maritime Silk Road*. 2016. Disponível em: <http://belt.china.org.cn/2016-03/30/content_40160749.htm>. Acesso em: 07 jul. 2021.

XUEQUAN. *The Belt and Road Initiative: The Silk Road Economic Belt: 21st-Century Maritime Silk Road*. 2016. Disponível em: <http://belt.china.org.cn/2017-04/19/content_40650952.htm>. Acesso em: 12 jul. 2021.

ZHAOHUI, Dong; CHAO, Wang; LIN, Mao; NANNAN, Qiao (Ed.). The press conference on multinational naval activities on the 70th anniversary of the founding of the Chinese People's Liberation Army Navy was held in Qingdao. *China Military Network*. 20 abr. 2019. Disponível em: <http://www.mod.gov.cn/power/2019-04/20/content_4839865.htm>. Acesso em: 15 jun. 2021.

ANEXO A



FIGURA 1 – A China Imperial na era da Dinastia do Grande *Qing*.

Fonte: CHINOPEDIA. 2011. Disponível em: <<https://chinopedia.webnode.es/album/fotogaleria-dinastia-qing/>>. Acesso em 24 jul. 2021.

ANEXO B



FIGURA 2 – Os três maiores polos portuários da China.

Fonte: HOLMES; YOSHIHARA, 2018, p.55.

Nota: Na região norte está situado o Aro Econômico de Bohai ao redor de Tianjin, na parte leste, a Zona Econômica no delta do rio *Yangtzé* e, no sul, a Zona Econômica no delta do rio Pérola.

ANEXO C

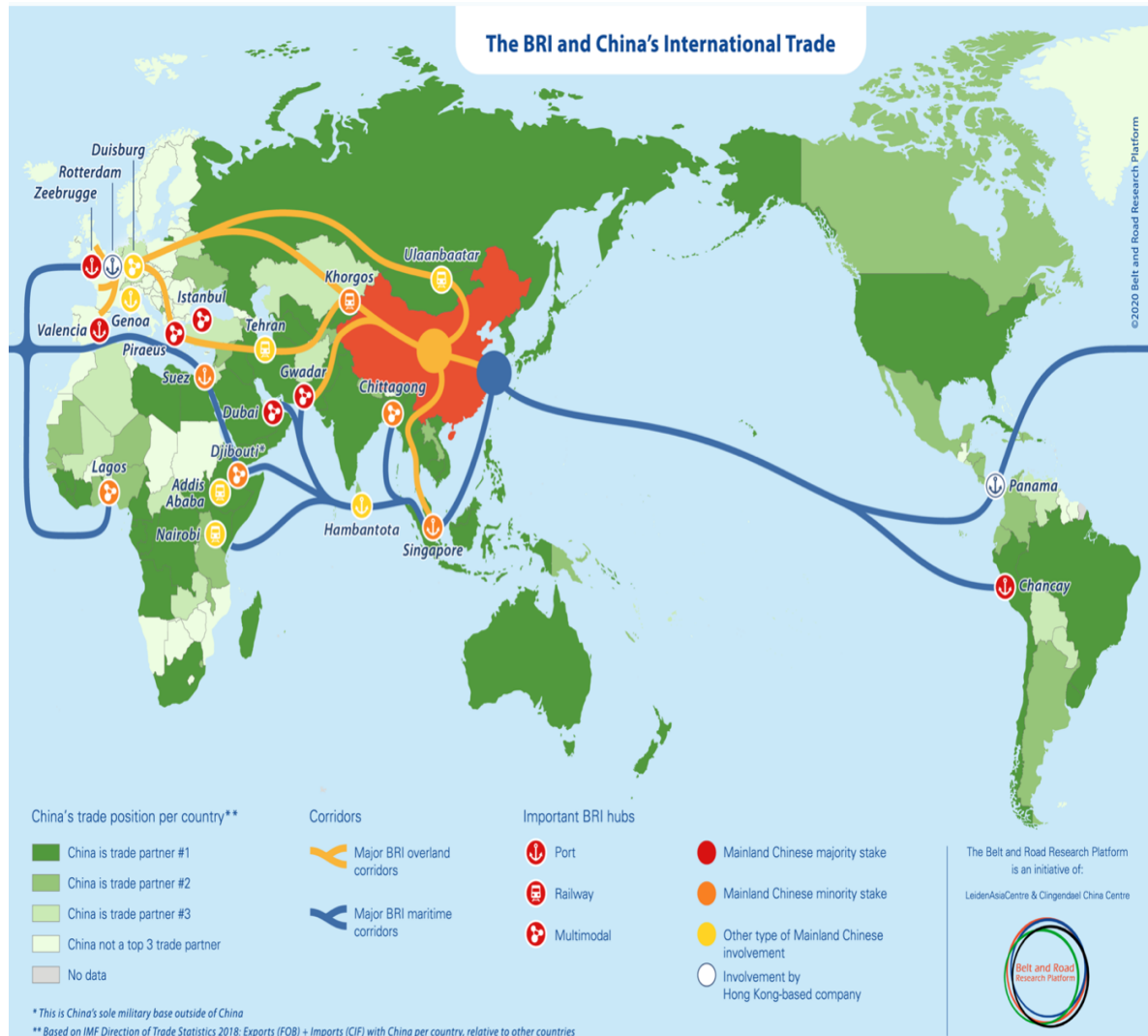


FIGURA 3 – A estratégia da BRI e o alcance internacional da RPC.

Fonte: BELT AND ROAD RESEARCH PLATFORM. Disponível em: <<https://www.beltroadresearch.com/the-bri-and-chinas-international-trade-map/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ANEXO D

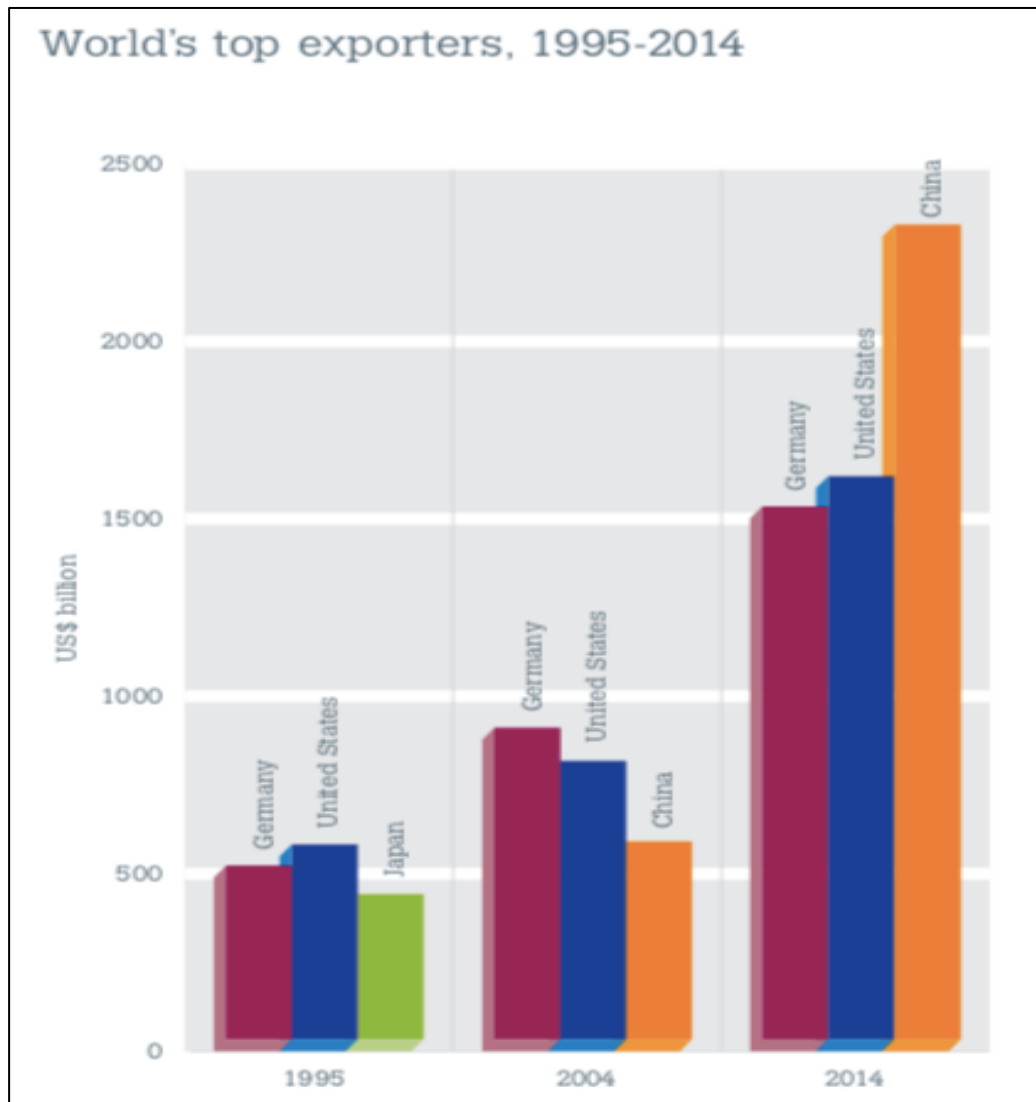


GRÁFICO 1 – Crescimento das exportações chinesas no mundo entre 1995-2014.

Fonte: WORLD TRADE ORGANIZATION. *International Trade Statistics 2015*. 2015, p.25. Disponível em: <https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2015_e/its2015_e.pdf>. Acesso em 02 jul. 2021.

Nota: A RPC ultrapassou o Japão como principal exportador asiático em 2004, os EUA em 2007 e a Alemanha em 2009, obtendo a posição de maior exportador mundial.

ANEXO E

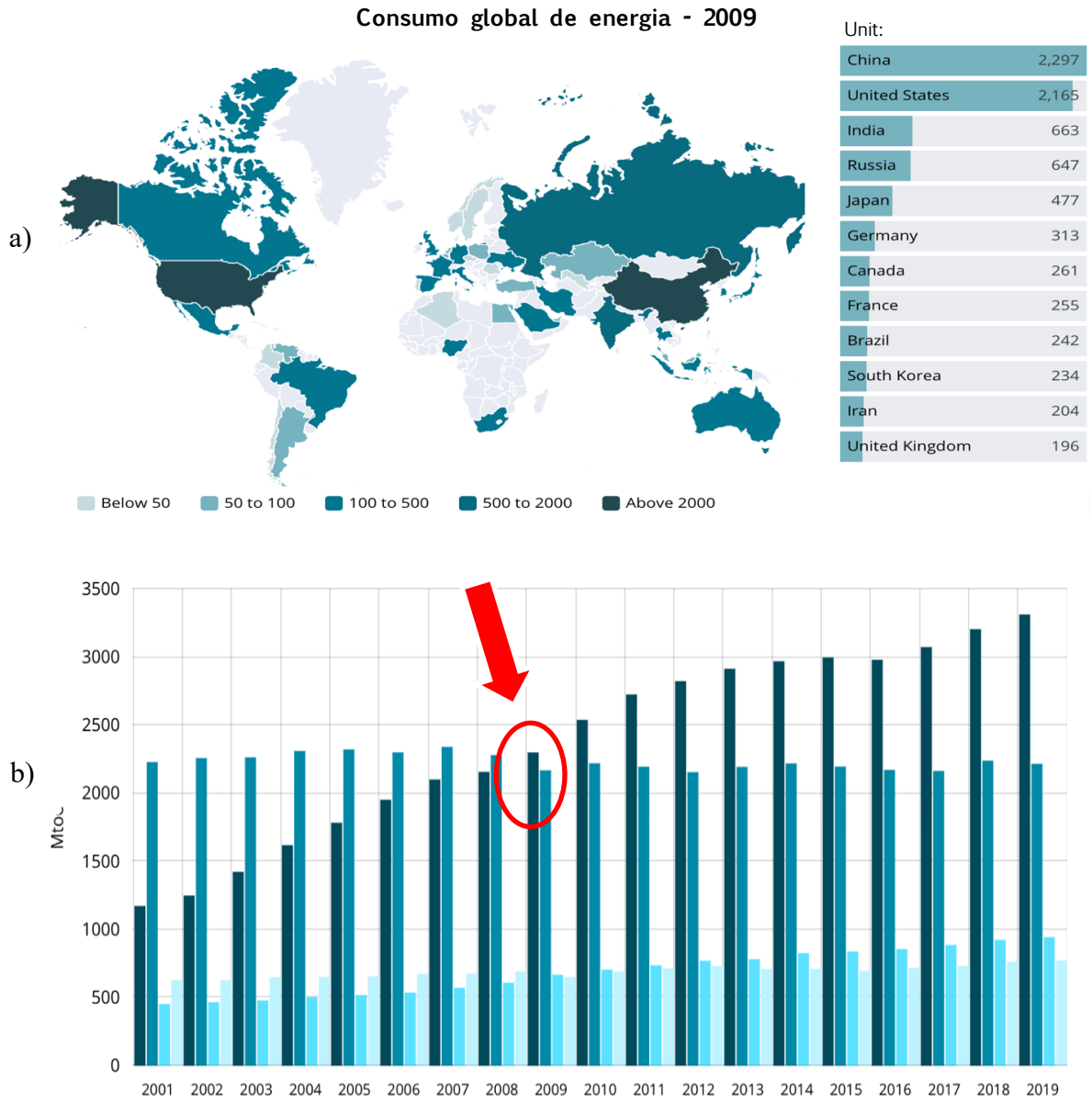


GRÁFICO 2 – Consumo global de energia em *Million tonnes of oil equivalent* (Mtoe) ou milhões toneladas equivalentes de petróleo (Mtep).

- a) Ranking dos maiores consumidores de energia no mundo em 2009; e
- b) Tendência dos quatro maiores consumidores de energia no mundo (período de 2001 a 2019).

Fonte: ENERDATA. *Global Energy Statistical Yearbook*. 2021. Disponível em: <<https://yearbook.enerdata.net/total-energy/world-consumption-statistics.html>>. Acesso em: 20 jul. 2021. (ilustração adaptada pelo autor).

Nota: No ano de 2009, a RPC ultrapassou os EUA e se tornou o maior consumidor global de energia. Ressalta-se que o consumo de energia é referente ao carvão, petróleo, gás natural, energia nuclear e energias renováveis.

ANEXO F



FIGURA 4 – A Primeira e a Segunda Cadeias de Ilhas.
Fonte: HOLMES; YOSHIHARA, 2018, p.78.

ANEXO G

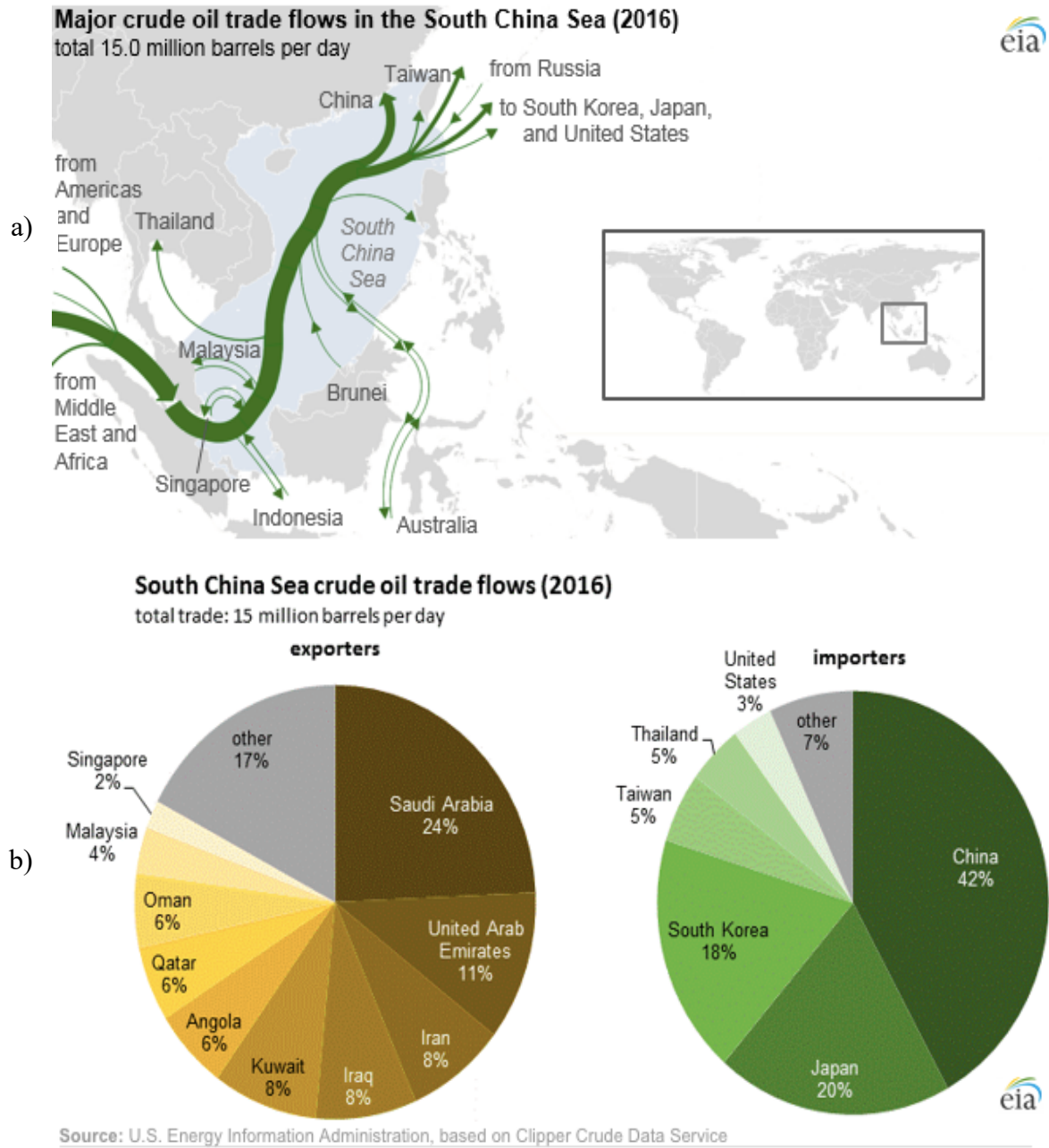


FIGURA 5 – Comércio marítimo de petróleo bruto que passa o MCM.

a) Passagem do fluxo petrolífero pelo Estreito de Malaca; e

b) Países exportadores e importadores de petróleo bruto, com destaque para a China como o maior importador.

Fonte: ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Today in energy*. 2018. Disponível em: <<https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36952>>. Acesso em 25 jul. 2021.

ANEXO H

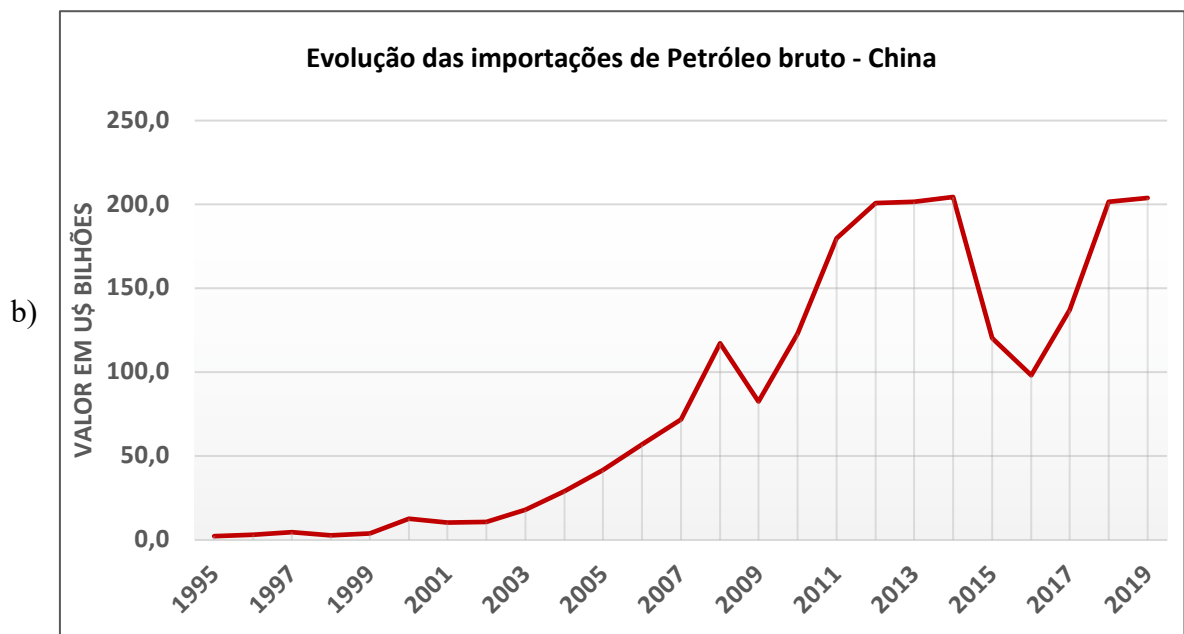
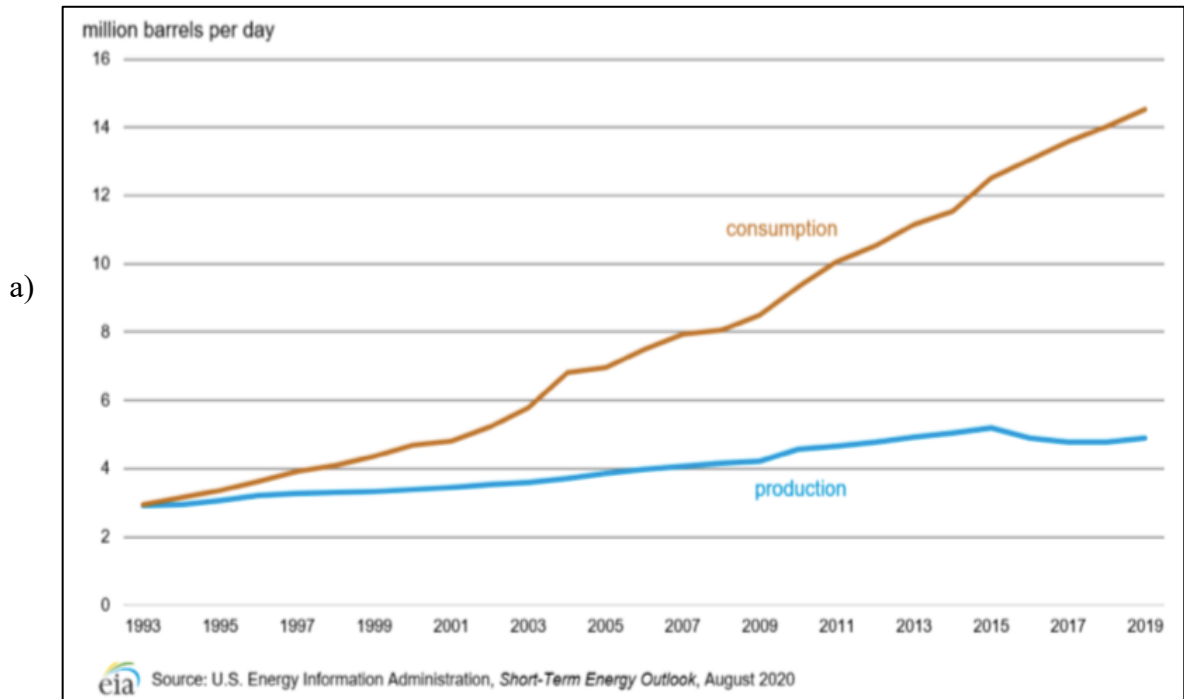


GRÁFICO 3 – Consumo, Produção e Importações chinesas de petróleo.

a) Produção e consumo chineses de petróleo no período de 1993 a 2019; e

b) Importações chinesas de petróleo no período de 1995 a 2019.

Fonte: a) ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. *Independent Statistics & Analysis*. 2020. Disponível em: <<https://www.eia.gov/international/analysis/country/CHN>>. Acesso em: 25 jul. 2021; e

b) OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. *What does China import? (1995-2019)*. Disponível em: <<https://oec.world/en/visualize/stacked/hs92/import/chn/all/show/1995.2019/>>. Acesso em: 23 jul. 2021. (gráfico elaborado pelo autor).

ANEXO I

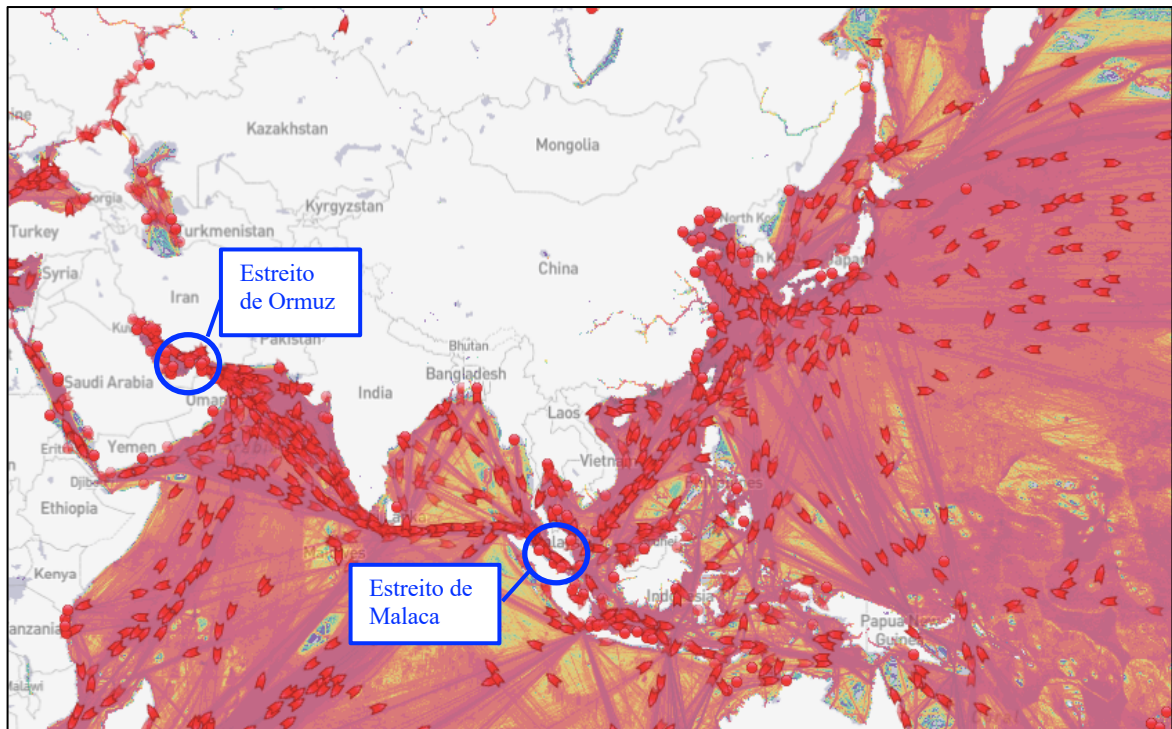


FIGURA 6 – LCM relativas ao fluxo petrolífero nos Oceanos Índico e Pacífico.

Fonte: MARINE TRAFFIC. 2020. Disponível em: <<https://www.marinetraffic.com/en/ais/home/centerx:115.7/centery:21.0/zoom:3>>. Acesso em: 25 jul. 2021. (Ilustração alterada pelo autor para identificar os estrangulamentos dos Estreitos de Ormuz e de Malaca).

ANEXO J



FIGURA 7 – Estruturação atual das três esquadras da MELP.

Fonte: EUA, 2020, p. 49. (Ilustração alterada pelo autor com a sinalização dos Estreitos de Bohai, Taiwan e Qiongzhou).

ANEXO K

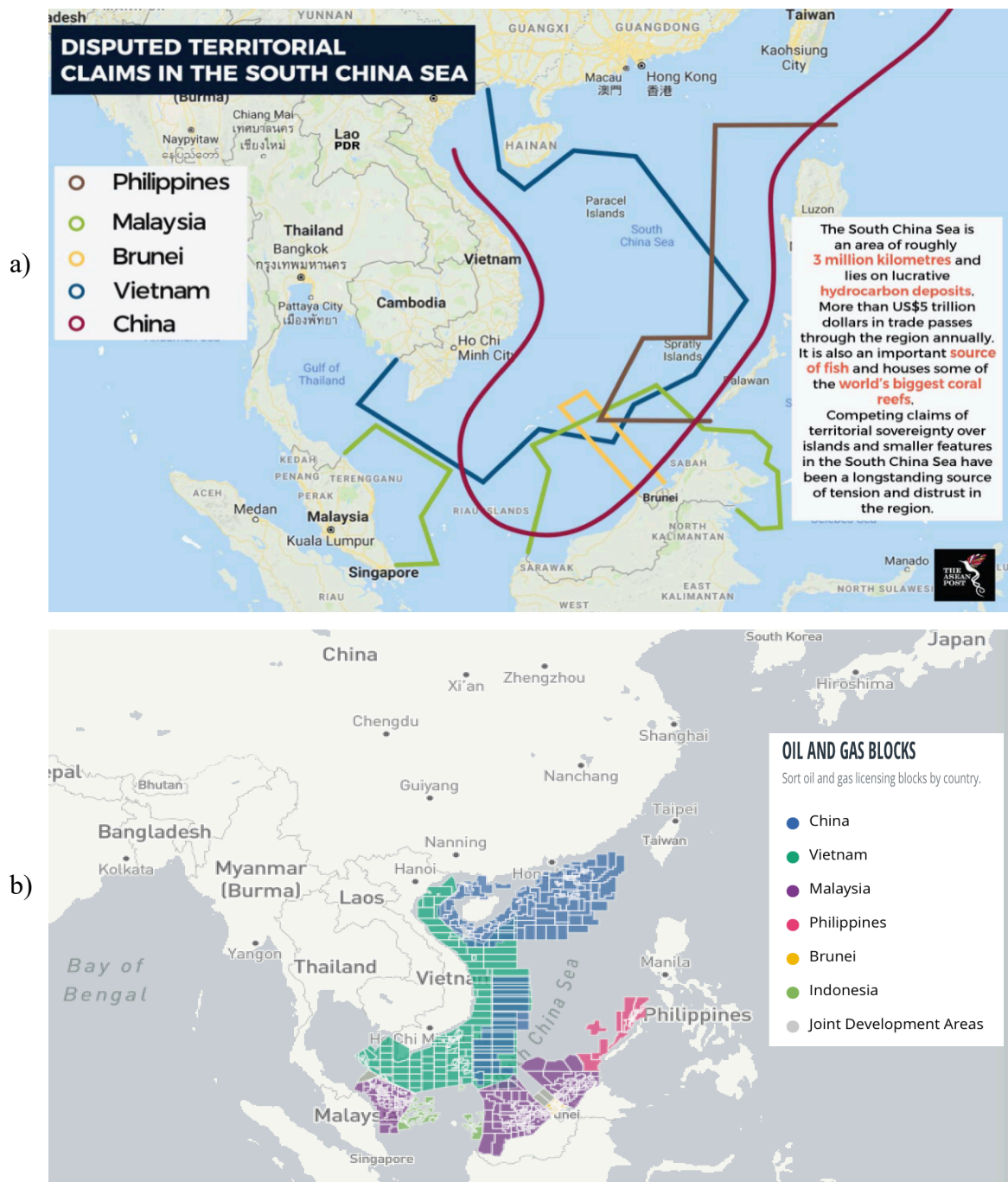


FIGURA 8 – Disputas da China com países vizinhos no MCM.

a) Reivindicações por territórios marítimos na região; e

b) Blocos licenciados para exploração de petróleo e gás na região.

Fonte: a) GNANASAGARAN, A. Is joint exploration the answer to the South China Sea dispute? *The Asean Post*, 25 mar. 2018. Disponível em: <<https://theaseanpost.com/article/joint-exploration-answer-south-china-sea-dispute/>>. Acesso em 22 jul. 2021; e

b) ASIA MARITIME TRANSPARENCY INITIATIVE. Disponível em: <<https://amti.csis.org/south-china-sea-energy-exploration-and-development/>>. Acesso em 22 jul. 2021.

ANEXO L

TABELA 1

Comparação quantitativa das capacidades navais da MELP e da Marinha dos EUA (2005-2020)

Table 1. Numbers of Certain Types of Chinese and U.S. Ships Since 2005

(Figures for Chinese ships taken from annual DOD reports on military and security developments involving China)

Year of DOD report	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2020 change from 2005
Ballistic missile submarines	1	1	1	1	2	2	2	2	3	3	4	4	4	4	4	4	+3
Nuclear-powered attack submarines	6	5	5	5	6	6	5	5	5	5	5	5	5	5	6	6	0
Diesel attack submarines	51	50	53	54	54	54	49	48	49	51	53	57	54	47	50	46	-5
Aircraft carriers	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	2	+2
Cruisers	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	+1
Destroyers	21	25	25	29	27	25	26	26	23	24	21	23	31	28	33	32	+11
Frigates	43	45	47	45	48	49	53	53	52	49	52	52	56	51	54	49	+6
Corvettes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	15	23	23	28	42	49	+49
Missile-armed coastal patrol craft	51	45	41	45	70	85	86	86	85	85	86	86	88	86	86	86	+35
Amphibious ships: LSTs and LPDs	20	25	25	26	27	27	27	28	29	29	29	30	34	33	37	37	+17
Amphibious ships: LSMs	23	25	25	28	28	28	28	23	26	28	28	22	21	23	22	21	-2
Total of types above (does not include other types, such as auxiliary and support ships)	216	221	222	233	262	276	276	271	273	283	294	303	317	306	335	333	+117
China Coast Guard ships	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	185	240	248	255	n/a
Total U.S. Navy battle force ships (which includes auxiliary and support ships but excludes patrol craft)	291	282	281	279	282	285	288	284	287	285	289	271	275	279	286	296	+5
Total U.S. Navy battle force ships compared to above total for certain Chinese ship types	+75	+61	+59	+46	+20	+9	+12	+13	+14	+2	-5	-32	-42	-27	-49	-37	-112

Fonte: O'ROURQUE, 2021, p.7.

ANEXO M

TABELA 2
Evolução das estimativas de despesas militares totais da China (1990-2019)

Figures are billion yuan at current prices unless otherwise stated. Figures may not add up to the stated total due to the conventions of rounding.

	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<i>New SIPRI Estimate</i>														
National defence budget (central and local)	29.0	63.7	120.8	247.5	533.3	602.8	669.2	741.1	829.0	908.8	976.6	1 044	1 128	1 213
People's Armed Police (central and local)	2.3	5.5	9.1	22.0	56.0	63.6	70.4	80.8	86.6	92.9	104.6	112.8	122.9	123.6
China Coast Guard	-	-	-	-	-	-	-	[5.6]	[5.6]	[5.6]	[6.9]	[8.1]	[9.2]	[11.1]
Payments to demobilized and retired soldiers	1.7	2.9	6.4	14.4	37.6	42.4	63.2	68.5	74.3	92.7	98.4	118.4	123.8	139.9
Additional military RDT&E spending	[3.2]	[9.1]	[15.2]	[35.1]	[81.5]	[95.3]	[108.5]	[116.3]	[119.6]	[121.6]	[131.8]	[138.9]	[153.4]	[172.6]
Additional military construction spending	2.2	3.9	8.8	4.6	[0.9]	[0.7]	[0.6]	[0.4]	[0.3]	[0.2]	0.2	0.2	0.1	0.1
Arms imports	[1.4]	[7.5]	[18.1]	[24.0]	[4.1]	[3.7]	[3.3]	[2.9]	[2.5]	[2.1]	[1.7]	[1.3]	[0.9]	[0.5]
Commercial earnings of the PLA	[2.9]	[7.6]	[2.8]	[1.0]	[1.0]	[1.0]	[1.0]	[1.0]	[1.0]	-	-	-	-	-
Subsidies to the arms industry	[4.8]	[3.2]	[2.9]	[2.0]	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (yuan b.)	47.5	103.4	184.1	350.6	714.4	809.5	916.1	1 017	1 119	1 224	1 320	1 424	1 538	1 660
Total (US\$ current b.)	9.9	12.4	22.2	42.8	105.5	125.3	145.1	164.1	182.1	196.6	198.5	210.4	233.1	240.3

[] = estimated figure; - = zero or negligible; PLA = People's Liberation Army; RDT&E = research, development, testing and evaluation.

Sources: SIPRI Military Expenditure Database, May 2020, <<https://www.sipri.org/databases/milex>>; and Chinese Ministry of Finance, Budget Department, <<http://yss.mof.gov.cn/>>.

Fonte: TIAN, N; SU, F. *A new estimate of China's military expenditure*. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), 2021, p.25. (tabela alterada pelo autor com destaque para o aumento dos gastos totais a partir de 2010, em US\$ bilhões).

ANEXO N



FIGURA 9 – Áreas de abrangência da *Near-seas defense* e *Far-seas operations*.
 Fonte: LI, 2011, p.117.

ANEXO O

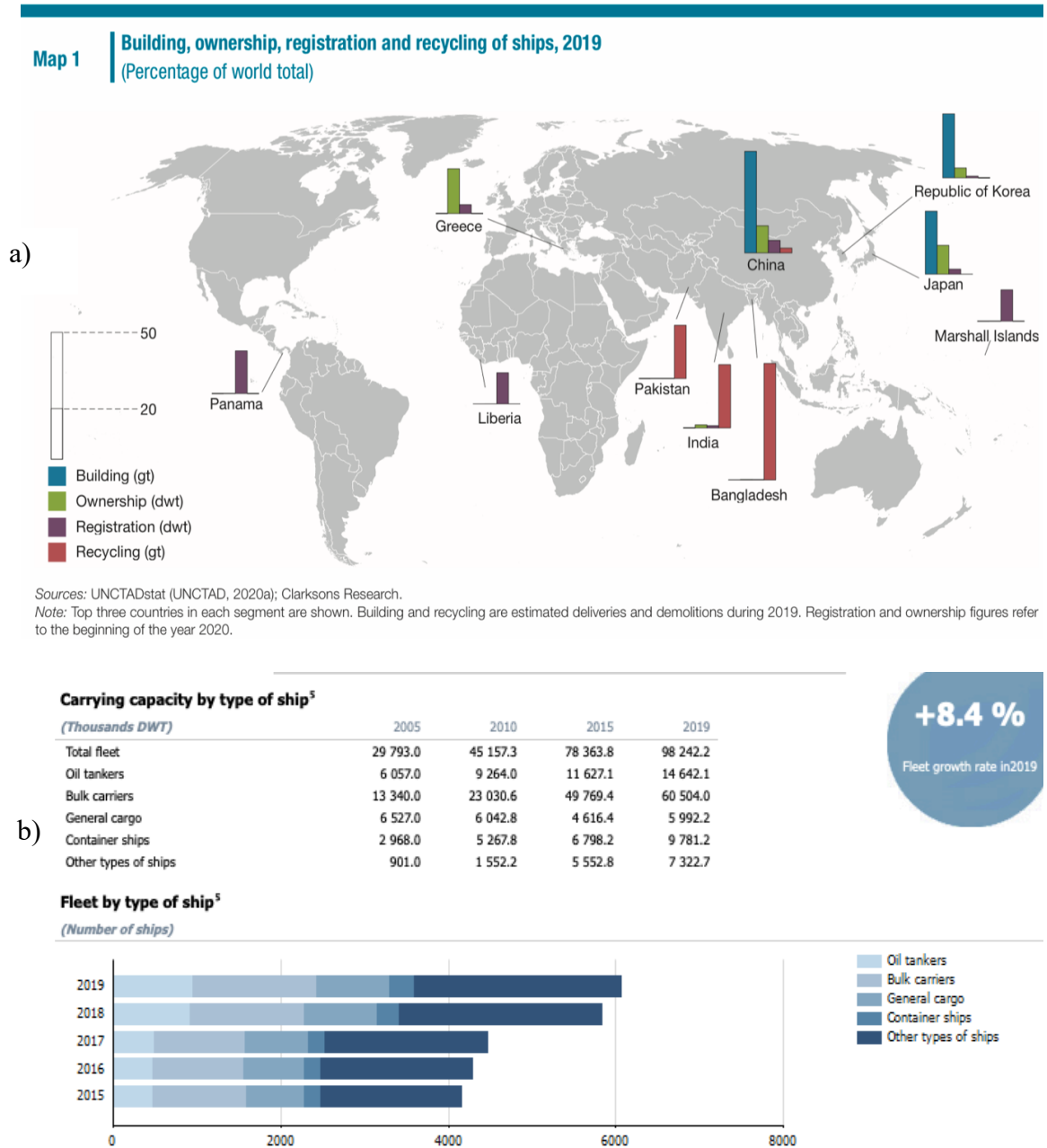


FIGURA 10 – Retrato do tamanho e da evolução da frota de navios mercantes chineses.

a) Principais países em construção naval, propriedade, registro e reciclagem de navios mercantes do mundo; e

b) Expansão da frota mercante chinesa no período de 2005-2019.

Fonte: a) UNCTAD. *Handbook of Statistics 2020 – Maritime transport*. Disponível em: <https://unctad.org/system/files/official-document/tdstat45_FS14_en.pdf>. Acesso em 02 jul. 2021.

b) UNCTADSTAT. *United Nations Conference on trade and development*. Disponível em: <<https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/MaritimeProfile/enGB/156/index.html>>. Acesso em 02 jul. 2021.

Nota: A unidade de medida Gt (*Gross tonnage*) refere-se a “tonelagem bruta” e a Dwt (*deadweight tonnage*) representa todos os pesos variáveis que um navio pode embarcar em segurança denominados de “tonelagem de peso morto”.

ANEXO P

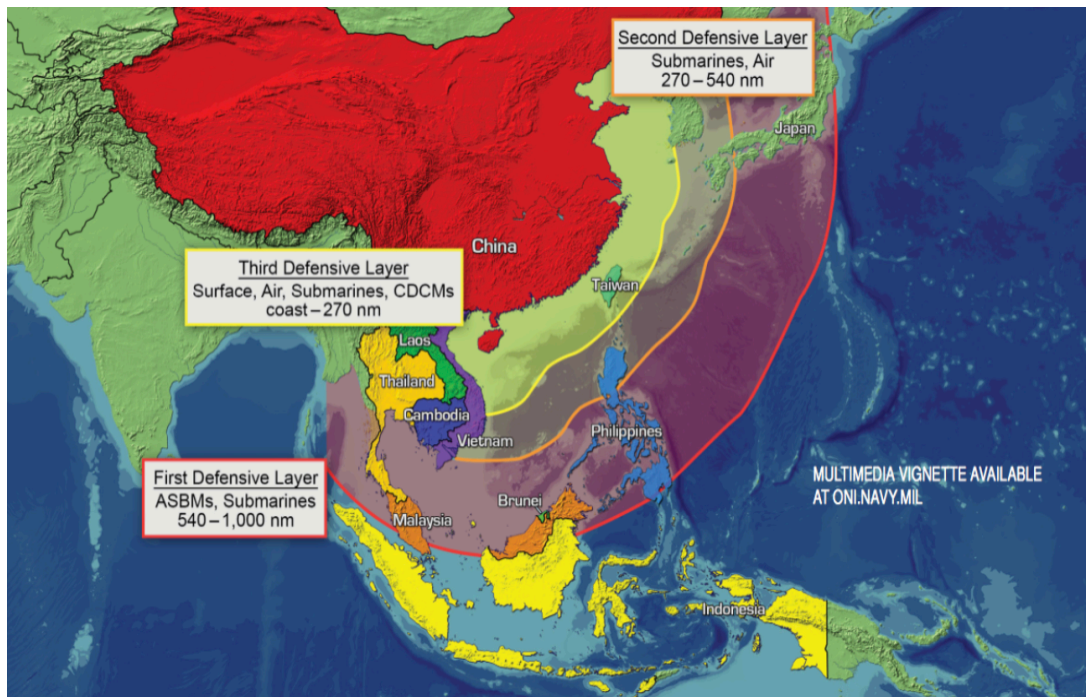


FIGURA 11 – Estratégia A2/AD da China no MCM e no Oceano Pacífico.

Fonte: MISSILE DEFENSE ADVOCACY ALLIANCE. *China's Anti-Access Area Denial*. Disponível em: <<https://missiledefenseadvocacy.org/missile-threat-and-proliferation/todays-missile-threat/china/china-anti-access-area-denial/>>. Acesso em 26 jul. 2021

ANEXO Q

Outposts in the Spratly Islands

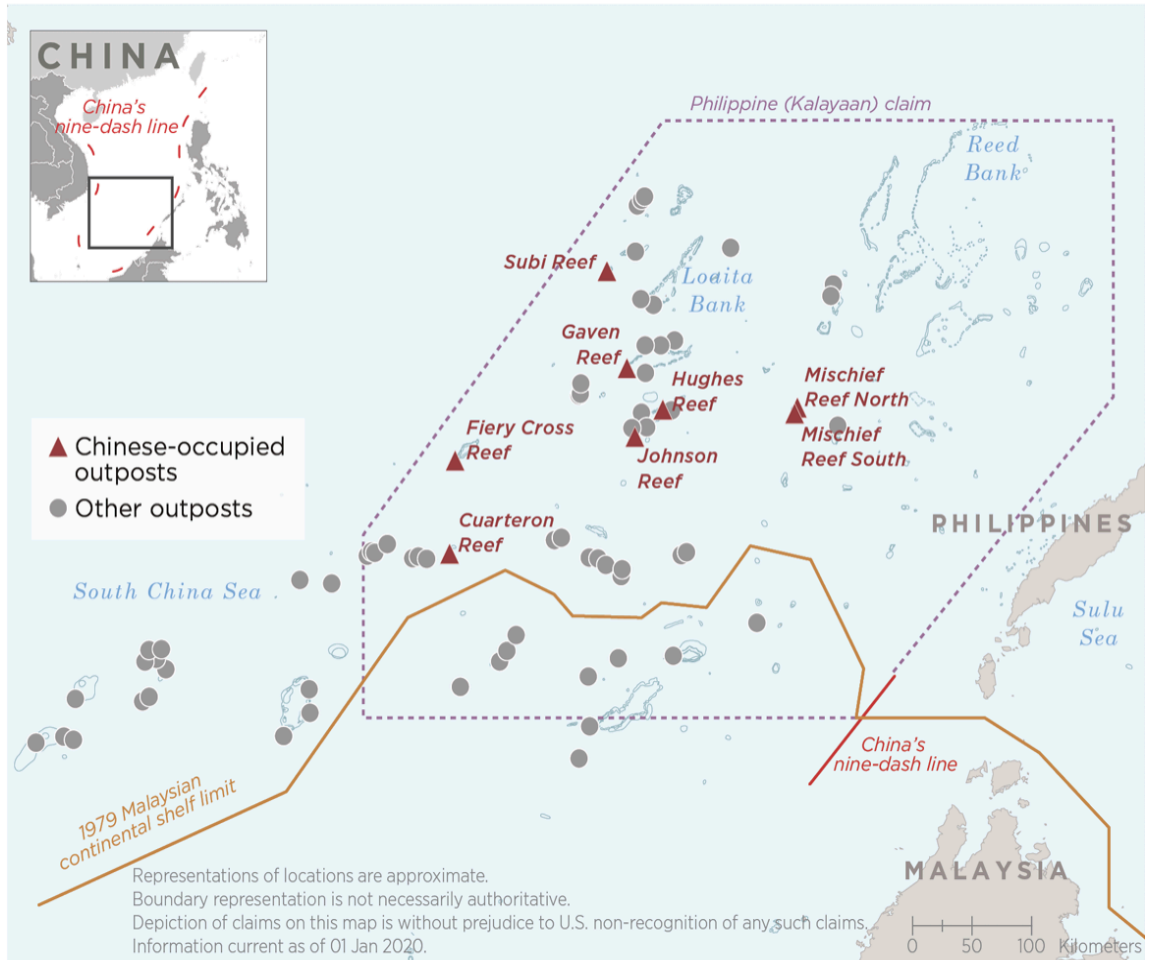


FIGURA 12 – Postos avançados ocupados pelos chineses nas Ilhas Spratly.

Fonte: EUA, 2020, p. 101.

Nota: Desde 2018, esses postos possuem a capacidade de apoiar operações militares da RPC, dado que são equipados com sistemas avançados de mísseis antinavio e antiaéreos.

ANEXO R



FIGURA 13 – Representação da estratégia chinesa do “colar de pérolas”.

Fonte: STERIOTI, Anthony. *The Significance of China's 'String of Pearls Strategy'*. 09 apr. 2017.

Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2951903>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

Nota: O mapa contém as seguintes posições estratégicas para China:

- (1) Hong Kong, China - importante terminal petrolífero e base central;
- (2) Sanya, China - base submarina;
- (3) Ilhas Paracel - área de base para reabastecimento;
- (4) Ilhas Spratly - localização de submarinos e área de reabastecimento;
- (5) Sihanoukville, Camboja - base naval de acesso;
- (6) Istmo de Kra, Tailândia: corredor de acesso do MCM ao Oceano Índico;
- (7) Ilha Smith, Mianmar: base naval e instalação de inteligência;
- (8) Sittwe, Mianmar: localização utilizada como ponto de reabastecimento;
- (9) Chittagong, Bangladesh - instalação naval anfíbia;
- (10) Hambantota, Sri Lanka: base militar utilizada para proteção;
- (11) Marao, Maldivas: base militar utilizada para proteção e expedições marítimas;
- (12) Gwadar, Paquistão: base naval e instalação de inteligência;
- (13) Porto Sudão, Sudão: localização utilizada para reabastecimento;
- (14) Al-Ahdab, Iraque: localização de petróleo e de apoio de tropas; e
- (15) Lamu, Quênia: localização portuária para recursos africanos.

ANEXO S



FIGURA 14 – Possíveis Bases de apoio pretendidas pelos chineses no exterior.

Fonte: PODER NAVAL. *A China está tentando construir uma base naval Atlântica*. Disponível em: <<https://www.naval.com.br/blog/2021/05/12/china-esta-tentando-construir-uma-base-naval-atlantica/>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

Nota: Percorrendo o mapa do lado direito para o esquerdo, temos os seguintes postos: Porto Moresby (Papua Nova Guiné), Porto Chongjin (Coréia do Norte), Porto Sihanoukville (Camboja), Porto Koh Lanta (Tailândia), Portos de Kyaukpyu e Sittwe (Myanmar), Porto Dhaka (Bangladesh), Porto Hambantota (Sri Lanka), Ilhas Maldivas, Portos de Karachi e Gwadar (Paquistão), Ilhas Seychelles, Porto Djibuti (Djibuti), Porto Mombasa (Quênia), Porto Dar es Salaam (Tanzânia), Porto Walvis Bay (Namíbia), Porto de Luanda (Angola) e Porto Lagos (Nigéria).